



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**A MEMÓRIA QUILOMBOLA NA E.M.E.F. NA COMUNIDADE
ARAQUEMBAUA NO MUNICÍPIO DE BAIÃO.**

Marabá - PA
2023

TONIELE DA TRINDADE DOS PRAZERES

**A MEMÓRIA QUILOMBOLA NA E.M.E.F. NA COMUNIDADE
ARAQUEMBAUA NO MUNICÍPIO DE BAIÃO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como parte dos requisitos para obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves
(FACED/ICH/UNIFESSPA)

Marabá – PA
2023

TONIELE DA TRINDADE DOS PRAZERES

**A MEMÓRIA QUILOMBOLA NA E.M.E.F. NA COMUNIDADE
ARAQUEMBAUA NO MUNICÍPIO DE BAIÃO.**

Data da Aprovação: ____ / ____ / _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves (UNIFESSPA) – orientador

Prof. Dr. Tiese Rodrigues Teixeira Júnior (UNIFESSPA) – examinador interno

Prof. Dr. Elias Diniz Sacramento (UFPA) – examinador externo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares**

P921m Prazeres, Toniele da Trindade dos
A memória quilombola na E.M.E.F. na comunidade Araquembaua
no município de Baião / Toniele da Trindade dos Prazeres. — 2023.
75 f. : il. color.

Orientador (a): Davison Hugo Rocha Alves.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá,
Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências da Educação,
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Marabá, 2023.

1. Quilombolas - Educação - Baião (PA). 2. Educação - Aspectos
sociais - Baião (PA). 3. Brasil - [Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003].
4. Memória. 5. Comunidades de escravos fugitivos - Educação. I.
Alves, Davison Hugo Rocha, orient. II. Título.

CDD: 23. ed.: 370.98115

Elaborado por Nádia Lopes Serrão – CRB2/575

Resumo: O estudo em questão objetiva analisar a educação quilombola na Escola Municipal de Ensino Fundamental de Araquembaua, no Município de Baião, com um enfoque específico nos debates suscitados pela Lei 10.639/03. Buscamos compreender como a narrativas quilombola está integrada ao contexto escolar, examinando a influência da legislação na construção do currículo educacional. Além disso, visamos explorar as memórias docentes, a cultura de pertencimento e a identidade presentes na comunidade quilombola, a fim de compreender como esses elementos contribuem para a formação da história da comunidade no âmbito educacional. Ao analisar esses aspectos, pretendemos não apenas atender aos requisitos legais estabelecidos pela Lei 10.639/03, mas também contribuir para uma compreensão mais abrangente e sensível da educação quilombola na mencionada escola. Conclui-se que ainda existem traços do currículo eurocêntrico dentro da comunidade através das práticas pedagógicas dos docentes, visualizados nas datas comemorativas como elemento norteador do currículo escolar quilombola.

Palavras-chave: BNCC, Comunidade Quilombola Araquembaua; Educação Quilombola, 10.639/03.

Abstract: *the study in question aims to analyze quilombola education at the Municipal Elementary School of Araquembaua, in the Municipality of Baião, with a specific focus on the debates raised by Law 10.639/03. We seek to understand how the quilombola narrative is integrated into the school context, examining the influence of legislation on the construction of the educational curriculum. Furthermore, we aim to explore the teaching memories, the culture of belonging and the identity present in the quilombola community, in order to understand how these elements contribute to the formation of the community's history in the educational context. By analyzing these aspects, we intend not only to meet the legal requirements established by Law 10,639/03, but also to contribute to a more comprehensive and sensitive understanding of quilombola education in the aforementioned school. It is concluded that there are still traces of the Eurocentric curriculum within the community through the pedagogical practices of teachers, seen on commemorative dates as a guiding element of the quilombola school curriculum.*

Keywords: *BNCC, Quilombola Araquembaua Community; Quilombola Education, 10.639/03.*

Dedicatória

Primeiramente, dedico este momento a Deus, fonte de toda a minha força e sabedoria, aos meus pais, Antonio Moreira dos Prazeres e Rosineia Dias da Trindade, cujo amor incondicional e apoio inabalável moldaram quem sou hoje. Aos meus queridos irmãos Tonielisson da Trindade dos Prazeres, Tarlhitur da Trindade dos Prazeres e Tarlison da Trindade dos Prazeres pelo carinho constante e pela inspiração que encontramos uns nos outros. Aos meus queridos avós Bertolina Moreira dos Prazeres, Maria Clara Macieira da Trindade e Raimundo Lopes da Trindade, por seus sábios conselhos e incentivo incessante para prosseguir a educação. Ao meu namorado, Valber Sousa Sepêda, por todo cuidado e apoio que demonstrou durante esta jornada importante em minha vida. Em memória do meu amado padrinho João Messias Moreira dos Prazeres, que desde a minha infância me inspirou com seus conselhos, mesmo sem a sua presença física, os seus conselhos e incentivos para estudar permanecem vivos em minha memória. Da mesma forma, em memória do meu avô paterno, João Miranda dos Prazeres, também deixo registrado o meu amor e gratidão.

Agradecimentos

O ato de expressar minha gratidão sempre fez parte da minha vida, e neste momento especial, quero dedicar meus agradecimentos a todos que ajudaram e foram importantes em minha jornada. Primeiramente, agradeço a Deus pela vida e pela chance de ter chegado até aqui, por guiar meus caminhos e também nesta oportunidade agradecer a Santíssima Trindade dos Inocentes (que é Pai, Filho e Espírito Santo), padroeiro da comunidade de Araquembaua, que nos momentos mais desafiadores, me acompanhou abençoando e me livrando de todo mal.

A minha família, meu pilar inabalável, expressei minha eterna gratidão, aos meus amados pais, Rosineia Dias da Trindade e Antônio Moreira dos Prazeres, e aos meus queridos irmãos, Tarlhitur da Trindade dos Prazeres, Tarlisson da Trindade dos Prazeres e Tonielisson da Trindade dos Prazeres, meu coração transborda de amor e gratidão. Seus apoios, carinho, compreensão e orações foram os alicerces que me deram forças nos momentos difíceis da minha jornada acadêmica. Este sonho que se realiza não é apenas meu, pois vocês estão intrinsecamente ligados a ele.

Ao meu namorado, Valber Souza Sepêda, quero agradecer por seu constante cuidado, amor e compreensão. Nos momentos mais desafiadores da minha jornada acadêmica, você esteve ao meu lado, acalmando-me e incentivando-me a persistir, lembrando-nos de que a vida é uma aprendizagem constante. Você também faz parte integrante desse sonho que se realiza. Agradeço aos meus amados avós maternos, Maria Clara Macieira da Trindade e Raimundo Lopes da Trindade, e à minha avó paterna, Bertolina Moreira dos Prazeres, por suas orações e sábios conselhos sou profundamente grata por tê-los presentes em minha vida. Agradeço também a todos os familiares que, de diversas maneiras, contribuíram para esta caminhada.

A Minha turma de Pedagogia 2020. Quero expressar minha alegria e gratidão pelas palavras de conforto, pelos sorrisos compartilhados e pela solidariedade nos momentos difíceis, nossa união foi fundamental. Em nossas tristezas e angústias, encontramos força uns nos outros, e as amizades incríveis que construímos são tesouros inestimáveis. Agradeço especialmente à minha amiga Vitória Alexandria Teixeira, cuja amizade é um presente para a vida. Sua

paciência, incentivo e risadas compartilhadas foram fundamentais para mim, você é uma parte especial dessa história.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves, quero agradecer por seu apoio constante, ajuda e palavras de incentivo nos momentos em que duvidei das minhas capacidades. Suas contribuições e orientações foram cruciais para a realização deste trabalho de conclusão de curso.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para esta fase importante da minha vida, meu sincero agradecimento. Aos meus professores, que foram guias em minha formação acadêmica, acredito que o aprendizado é uma jornada contínua, e estou sempre disposta a aprender e evoluir. Também agradeço a comunidade, a escola de Araquembaua e principalmente aos participantes da minha pesquisa, que gentilmente se dispuseram a contribuir, meu muito obrigado. Vocês foram peças fundamentais neste estudo .

Acredito que estamos em constante aprendizado ao longo de nossas vidas, e sou uma pessoa disposta a aprender. Portanto, a todos que me ajudaram nessa jornada de aprendizado e crescimento, muito obrigado. Que a gratidão continue iluminando nossos caminhos e nos guie em futuras conquistas.

“A educação é uma arma poderosa para mudar o mundo”
(Nelson Mandela - presidente da África do Sul)

LISTA DE IMAGEM

Imagem I - Um panorama da comunidade vista de cima com ajuda de um drone

Imagem II - Letreiro, Igreja Católica e Mangueira

Imagem III - Porto da Trindade

Imagem IV - Um panorama via satélite da comunidade

Imagem V - Campo de Futebol e Society Pueirão, Salão Comunitário, Igrejas Evangélicas, Comércios, barco e Feira da comunidade

Imagem VI - Peixes, Farinha, camarões, Milho, Açaí, doce de manga e cacau

Imagem VII - Escola municipal de ensino fundamental de Araquembaua

Imagem VIII - Apresentação de trabalhos relacionados a consciência Negra

Imagem IX - Sala de Aula, Pátio coberto, Corredor da escola

LISTA DE SIGLA

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CEE	Conselho Estadual de Educação
CNAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
ERER	Educação das Relações Étnico-Raciais
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 - 10.639/03, A DIVERSIDADE CULTURAL E A INCLUSÃO DE TERRITÓRIOS CONTESTADOS.....	16
1.1. 10.639/03, UMA LEI NO ENSINO A FAVOR DA DIVERSIDADE CULTURAL.....	16
1.2. A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA COMO EXPERIÊNCIA SOCIAL.....	29
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA DA PESQUISA REALIZADA.....	37
2.1 A ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DE ARAQUEMBAUA.....	39
CAPÍTULO 3 - CARTOGRAFIAS DOCENTES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA ARAQUEMBAUA.....	43
3.1. LOCALIZANDO O ESPAÇO TERRITORIAL DO QUILOMBO.....	44
3.2. MARCAS DA MEMÓRIA DOCENTE NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ARAQUEMBAUA	51
3.3. O PAPEL DA MEMÓRIA COMO RECURSO DE PRESERVAÇÃO DA TRADIÇÃO QUILOMBOLA.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIA.....	66
ANEXOS.....	70

INTRODUÇÃO

Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação Quilombola: Uma relação permanente de educação para diversidade.

A Toniele da Trindade dos Prazeres, filha de dois agricultores, uma mulher quilombola pertencente à comunidade de Araquembaua, localizada no município de Baião. Lugar esse onde nasci e fui criada durante esses meus 24 anos da minha vida, e onde carrego comigo a certeza de que somos capazes de realizar nossos sonhos ao honrar nossas origens e raízes. Sou parte de um povo de lutas, resistência, força, solidariedade, receptividade e alegria, vivendo uma vida simples e feliz e cheio de sonhos.

Apesar das adversidades, meus pais sempre me incentivaram a estudar. estudei desde a educação infantil até concluir o ensino médio em minha comunidade. Minha vontade em cursar pedagogia partiu através de alguns professores que marcaram em minha vida, professores esses que foram pilares pra eu aprender a ler e escrever e com sua forma única de ensinar e com amor no que faz, aqueles que me ensinaram que através da educação abrimos portas para muitos adolescentes e jovens que sonham em seguir uma profissão, assim como eu, mas acima de tudo o amor pelo que nós escolhemos a fazer.

Um dos meus maiores sonhos era ingressar em uma Universidade Federal, assim como outros jovens pobres do interior que almejam se formar em um ensino superior. Minha jornada acadêmica na Universidade Federal do sul e Sudeste do Pará (UNIFESPA), no curso de Licenciatura em Pedagogia, começou em março de 2020, quando fui aprovada no processo seletivo especial destinado a indígenas e quilombolas (PSE).

Meu interesse pelo tema "A Memória Quilombola na E.M.E.F da Comunidade Araquembaua, Município de Baião" não poderia ser diferente. Falar sobre meu povo quilombola, minhas origens, raízes e as memórias compartilhadas por nossas bisavós, avós e outros membros antigos de nossa comunidade é de grande importância. Para mim, é uma maneira de conhecer e transmitir esse conhecimento às nossas crianças, adolescentes e à sociedade como um todo, impedindo que nossa história seja esquecida.

Ao longo desses quase 5 anos de estudo, enfrentei desafios, incluindo uma pandemia devastadora que resultou na perda de familiares e amigos

Mesmo assim, permaneci firme diante de todas as dificuldades. Hoje, concluo a graduação com a certeza de que a educação é a chave para abrir portas e realizar nossos sonhos. Essa conquista representa não apenas meu esforço pessoal, mas também a resistência e a determinação de uma mulher, filha e neta quilombola.

O presente trabalho em estudo de conclusão de curso de pedagogia “A Memória Quilombola na Escola Municipal de Ensino Fundamental de Araquembaua no Município de Baião”, tem como objetivo conhecer e analisar a educação quilombola na escola com um foco nos debates relacionados à Lei 10.639 de 2003. Além disso, a pesquisa busca compreender e explorar as discussões em torno das memórias docentes, da cultura de pertencimento e da identidade presentes na comunidade quilombola, compreendendo a forma como estabelecem a história da comunidade na construção do currículo educacional a partir da lei 10.639 de 2003.

Este estudo teve origem na necessidade de aprofundar nosso conhecimento sobre a forma como a narrativa quilombola está integrada ao contexto escolar. O ponto central de nossa análise é a abordagem dessa narrativa na Escola Municipal de Ensino Fundamental na Comunidade de Araquembaua, localizada no Município de Baião.

Através de uma pesquisa realizada com (4) quatro professores atuantes da referida escola moradores na comunidade, utilizamos um questionário composto por 15 perguntas para as entrevistas relacionado ao tema e ao objeto de estudo. Buscou-se analisar e conhecer a educação quilombola na referida escola. A metodologia utilizada para este trabalho foi de cunho participante-qualitativa. Optamos por uma modalidade de pesquisa qualitativa, com ênfase na utilização na abordagem de história oral como principal fio condutor da nossa investigação, como caminho interessante para compreender a relação narrativas quilombolas e práticas educativas na cidade de Baião.

Dessa forma, consideramos essa pesquisa de suma importância, uma vez que se propõe a aprofundar o entendimento sobre a integração da narrativa quilombola no ambiente escolar, especialmente na Escola Municipal de Ensino Fundamental de Araquembaua, situada no Município de Baião. A abordagem dessa temática se mostra crucial, uma vez que está intrinsecamente relacionada aos debates suscitados pela Lei 10.639 de 2003, que determina a inclusão da

história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. Compreender como a educação quilombola é efetivamente incorporada na prática pedagógica da escola contribui não apenas para o cumprimento legal, mas também para a construção de uma educação mais inclusiva e plural, que valorizem e respeite as diferentes narrativas culturais presentes em nossa sociedade. Além disso, ao explorar as memórias docentes, a cultura de pertencimento e a identidade presente na comunidade quilombola, esta pesquisa busca contribuir para o entendimento mais abrangente de como a história dessa comunidade, a qual pertence, é transmitida no currículo educacional.

Para embasamento teórico deste estudo, fundamentamo-nos nas contribuições de renomados autores, tais como BOTELHO (2007), SIQUEIRA (2005), GOMES (2003, 2007 e 2015), MATTOS (2007), HOLANDA (2021), COELHO (2005), TROQUEZ (2008), MOURA (2007), LOPES (2007), OLIVEIRA (2007), e outros, que desempenharam um papel fundamental nas orientações e enriquecimento do desenvolvimento desta pesquisa. Quanto à metodologia adotada, que se caracteriza como qualitativa-participante, com ênfase na abordagem de história oral, encontramos suporte nas obras de BRANDÃO (1999), MINAIO (2014) e MEIHY (2021).

Nesse contexto, nosso objetivo centraliza-se na compreensão e análise da educação quilombola na Escola Municipal de Ensino Fundamental de Araquembaua, com um enfoque específico à implementação da Lei 10.639 de 2003. Buscamos não apenas conhecer, mas também explorar as discussões em torno das memórias dos professores, da cultura de pertencimento e da identidade presentes na comunidade quilombola. O foco principal é entender como esses elementos influenciam e moldam a construção do currículo educacional, examinando de que maneira a história da comunidade é integrada nesse processo.

No que se refere ao trabalho em estudo está organizado nas seguintes ordens: O primeiro capítulo consiste no aporte teórico onde abordaremos sobre aspectos cruciais como a Lei 10.639/03, que versa sobre a inclusão da diversidade cultural e territórios contestados. Além disso, discutiremos a importância da legislação no ensino em prol da diversidade cultural, bem como a educação quilombola como experiência social.

O segundo capítulo constituído como metodologia da Pesquisa Realizada, onde detalharemos os métodos adotados ao longo deste trabalho de conclusão de curso.

No terceiro capítulo, aprofundaremos nossa investigação, apresentando as impressões dos professores pesquisados na comunidade quilombola. Abordaremos, de maneira detalhada, as características do espaço territorial da comunidade, a caracterização da escola pesquisada, e exploraremos o papel da memória na construção da narrativa quilombola.

CAPÍTULO 1 - 10.639/03, A DIVERSIDADE CULTURAL E A INCLUSÃO DE TERRITÓRIOS CONTESTADOS

O presente capítulo tem como finalidade debater a lei 10.639 de 2003 a partir da relação que pode ser estabelecida dentro do currículo escolar, pois, a diversidade cultural tornou-se um tema presente na educação brasileira, sendo uma pauta emergente do movimento negro ao longo do século XX, e somente

sendo inserida nas discussões curriculares no final do século XX, através da implementação dos parâmetros curriculares nacionais.

Nesse sentido, pretendemos abordar o conceito de “territórios contestados” emprestados de Thomaz Tadeu Silva, para afirmar ser uma perspectiva crítica na educação que examina o currículo escolar como um espaço de disputa e poder, onde várias forças sociais, políticas e culturais competem para moldar o que é ensinado nas escolas (Apple, 2010, p. 126).

Queremos fazer a relação 10.639 de 2003, a questão quilombola e a diversidade cultural dentro do espaço de ensino e aprendizagem que são as escolas quilombolas. Essa abordagem reconhece que o currículo não é neutro, mas sim uma arena na qual diferentes grupos e interesses tentam influenciar o que é incluído ou excluído da educação formal.

1.1. 10.639/03, uma lei no ensino a favor da diversidade cultural.

A lei 10.639/ é uma legislação brasileira que determina a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. Para muitos especialistas, a fim de demarcar o seu lugar no processo de ensino e aprendizagem preferem usar a nomenclatura “mudança na 26-A e na 26-B”. A lei antirracista surgiu como resposta ao reconhecimento da importância da história e contribuição dos afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, como forma de combater a discriminação e a desigualdade existe, assim ela ressalta.

Aspectos da cultura afro-brasileira precisam ser percebidos e explorados por todos e todas que participam do sistema educacional brasileiro, como estratégia para minimizar os preconceitos, as discriminações e o racismo que imperam na sociedade brasileira e atingem, sobretudo, estudantes negros e negras de nosso país (Botelho, 2007, p.178)

Em seu estudo Botelho (2007) destaca a necessidade de incorporar aspectos da cultura afro-brasileira no sistema educacional brasileiro para combater preconceitos, discriminações e racismo que mataram, principalmente, os estudantes negros e negras do país. A pesquisadora destaca dois marcos legais importantes para a inclusão da população negra no sistema educacional:

o Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica, e a Resolução CNE n. 01/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura afro – Brasileiro e africana.

A sociedade brasileira é animada por uma força ancestral que mantém viva as tradições, costumes, crenças, valores que a cinco séculos são repassados, em nosso país de uma geração a outra, sobretudo pela mulher negra e das organizações de resistência negra” (Siqueira, 2005, p. 153)

De acordo com Siqueira (2005) a sociedade brasileira é influenciada por uma "força ancestral", que é responsável por manter vivas essas tradições, costumes, crenças e valores que foram repassados ao longo de cinco séculos de história. Essa influência cultural é especialmente mantida e preservada pela mulher negra e pelas organizações de resistência negra, assim, “a origem dessa tradição se inicia com os africanos escravizados que chegam ao Brasil sob a ação do sistema colonial escravista no período compreendido entre os séculos” XVI E XIX.” (Siqueira, 2005, p.153). Conforme destacado por Siqueira (2005), a autora menciona a importância da herança cultural africana na formação da identidade brasileira, enfatizando que essa tradição tem origem histórica nas experiências dos africanos escravizados que chegaram ao Brasil durante o período colonial.

Foi instituída as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Quilombola, durante o governo de Dilma Rousseff (2010-2016). Com isso, pensou-se nessa modalidade de educação não-escolar, que está sendo revista agora no terceiro governo Lula (2023 -). Assim, a legislação através da portaria CNE/CEB nº 5/2010 destaca que

“A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (CNE, 2010, p. 42)

Cabe-se ressaltar que a palavra “quilombo” se refere a uma associação de homens, aberta a todos. Ocorreu um processo de aquilombamento durante

séculos no Brasil, conforme destaca Nilma Gomes (2003). Com isso, tornou-se “uma experiência coletiva de africanos e seus descendentes, uma estratégia de reação à escravidão, somada a participação de outros segmentos da população com os quais os quilombolas interagiram em cada país, notoriamente, alguns povos indígenas” (BRASIL, 2012, p. 4)

Diante disso, a diversidade cultural refere-se à variedade de culturas existentes em uma sociedade ou em diferentes partes do mundo. Ela engloba diferentes formas de expressão, crenças, valores, tradições e costumes que caracterizam um grupo humano. Reconhecer e valorizar a diversidade cultural é essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Podemos mencionar que durante os anos 90 do século XX, a temática da diversidade cultural ganhou espaço nos debates educacionais brasileiros, podemos mencionar como exemplo dessa debate os parâmetros curriculares nacionais, que foram pensados entre 1997 e 1998, e dentro dessa discussão foram lançados os temas transversais tendo a temática da diversidade cultural aparecido como expressão dos novos tempos educacionais presente em torno da valorização da história e cultura de povos indígenas e africanos no currículo da educação básica. No entanto, é necessário redirecionar o olhar para debater essa questão, pois, as políticas educativas acabam homogeneizando a questão dentro do campo do ensino e aprendizagem. A historiadora Martha Abreu, assim nos convida a fazer a seguinte reflexão,

Desenvolver condições para uma história da África no mesmo nível de profundidade com que se estuda a história europeia e suas influências sobre o continente americano. Já começam a estar disponíveis em língua portuguesa alguns títulos que tornam essa tarefa relativamente viável, para além dos dois volumes monumentais sobre história da África pré-colonial, de Alberto Costa e Silva. Ensinar História da África aos alunos brasileiros, com os conflitos e contradições que lhes são próprios, como a toda as sociedades, é a única maneira de romper com a estrutura eurocêntrica que até hoje caracterizou a formação escolar brasileira (Mattos, 2007, p. 134-135)

Com isso, espera-se que faça uma reflexão dentro dos diversos espaços educativos sobre a educação das relações étnico-raciais e suas implicações na construção de um novo modelo de sociedade, pois, sabemos através da história do movimento negro que estes sujeitos históricos sempre tiveram em movimento, negociando, reagindo ao projeto colonizador que perpetuou espaços latino-americano, e com isso, conseguem construir através das margens novos

olhares para a sociedade brasileira seja no passado ou no presente. A pesquisadora Nilma Lino Gomes, assim nos diz,

É importante lembrar que identidade construída pelos negros brasileiros (pretos e pardos), se dá não apenas em oposição ao branco, mas também pela negociação, pelo conflito, pelo diálogo com este e outros grupos étnico-raciais. As identidades e as diferenças implicam processos de aproximação e distanciamento. Nesse jogo complexo, vamos aprendendo aos poucos, que os contornos da nossa identidade são estabelecidos pelas diferenças e pelo trato social, cultural, histórico e político que estas recebem durante seu percurso na sociedade (Gomes, 2007, p. 98).

Assim, o professor precisa estar sensibilizado a trabalhar esse tema sensível dentro da sala de aula, pois, o racismo existe no Brasil e precisamos construir uma luta constante na sociedade e na escola para construirmos uma sociedade igualitária, justa e humana para todos que vivem no território brasileiro. A pesquisadora Martha Abreu (2010) nos adverte que é necessário descolonizar o olhar da educação, pois, ela ainda recebe algumas heranças da educação jesuítica implementada no período colonial para poucos colonos brasileiros.

Portanto, nosso trabalho de conclusão de curso ao longo deste capítulo 1 pretende desconstruir a ideia presente na sociedade brasileira através da tese de Gilberto Freyre, durante o seu clássico *Casa Grande & Senzala*, quando admite que no Brasil não existiria racismo, pois, diferente de outras sociedades como a da África do Sul que viveu um período de segregação racial, aqui vivia-se no qual ele denominou de democracia racial. Hoje, sabemos que essa tese não possui sustentabilidade, pois, conforme admite Antônio Guimarães (2016) o movimento de redemocratização criou luzes para os diversos grupos sociais incluído os povos afrodescendentes e possibilitou a busca por igualdade de oportunidades e de direitos dentro da sociedade brasileira.

O período em que estamos vivendo é o primeiro em que se recusam os pressupostos autoritários da democracia racial, que buscava a harmonia sem consolidar a ordem política e equalizar a distribuição social das riquezas e das oportunidades. O protagonismo agora passou a ser dos movimentos sociais, ainda mais que o Estado se mantenha central como distribuidor e doador. É nessa ordem de garantia de direitos individuais e coletivos que medram o reconhecimento da singularidade étnica e o respeito à igualdade racial. De modo apenas aparentemente paradoxal, a afirmação do coletivo racial serve para afirmar o direito a igualdade dos cidadãos. A razão parece estar no fato de que as desigualdades precisam agora ganhar nome (cor,

gênero, raça, orientação sexual) para serem combatidas (Guimarães, 2016, p. 62).

No contexto histórico que marcou o desenvolvimento da sociedade brasileira durante o período da colonização, com sua exploração e as lutas de resistência que o acompanharam, homens e mulheres de ascendência africana se empenharam na batalha por uma inclusão justa na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que buscavam preservar e fortalecer sua identidade racial como negra” (HOLANDA, 2021, p.30).

Holanda (2021, p .30) destaca que grande parte da sociedade brasileira ainda carrega consigo uma memória e uma imagem negativa associada aos negros. A identidade negra teve que passar por um processo de renovação, e neste contexto, o movimento negro e outros ativistas começaram a criar narrativas alternativas para confrontar o discurso predominante. Assim, a identidade, sendo fluida e em constante evolução, passou a incorporar representações e um processo de autoconscientização.

Na dissertação de mestrado de Holanda (2021, p.44) é destacado pela autora que o estudo sobre as questões étnico-raciais e as relações que envolvem a educação, a diversidade e o direito se configuram, no momento, como espaços singulares para a reflexão dos padrões e das estruturas que regem o campo educacional brasileiro. Diversas referências legais surgiram e se configuraram como resultados de uma vivência de enfrentamentos dos movimentos sociais 11 em busca de uma educação que garanta o respeito aos direitos do povo negro e quilombola.

Assim, Constituição Federal, instituída em 1988 (CF/88), atualiza-se em relação às questões que envolviam os direitos territoriais e étnico-raciais. Nesse contexto, crescia o número de movimentos sociais e as comunidades quilombolas surgiam com seus novos sujeitos de direitos. A Lei Maior passa a dispor sobre a necessidade e o dever do Estado em preservar as culturas e as manifestações afro-brasileiras das populações tradicionais, devendo se manter valorizadas e protegidas sua história, suas tradições, sua identidade e sua diversidade (Holanda, 2021, p. 44-45). Portanto, é neste contexto que a questão quilombola ganha peso no cenário nacional.

“O reconhecimento legal de direitos específicos, no que diz respeito ao título de reconhecimento de domínio para as comunidades quilombolas, ensejou uma nova demanda, gerando proposições legislativas em âmbito federal e estadual, promovendo a edição de portarias e normas de procedimentos administrativos consoante à formulação de uma política para a garantia dos direitos das comunidades quilombolas” (CONAQ, 2020).

Nesse sentido, o surgimento dos atos normativos e das políticas para comunidades quilombola representava o produto das reivindicações e lutas desses movimentos que nasciam e se mantinham dedicados ao processo de afirmação da identidade negra e do movimento quilombola. Sendo assim, a CONAQ desempenha, desde sua origem, um fundamental papel nesse processo (Holanda, 2021, p.47).

Segundo Siqueira (2005) uma proposta de Políticas Públicas com Ações Afirmativas em Educação, para Comunidades Remanescentes de Quilombos, pressupõe, fundamentalmente, conteúdos educacionais e práticas pedagógicas; currículo, programas de formação de professores e produção de recursos pedagógicos, que incluam o respeito às diferenças e às especificidades culturais destas populações em seus lugares, vivendo a tradição das Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Deste modo, a inclusão de territórios contestados diz respeito à garantia dos direitos territoriais de grupos historicamente marginalizados ou excluídos. Muitas comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e outras minorias étnicas têm seus territórios ameaçados por conflitos e disputas de poder. Incluir esses territórios contestados significa reconhecer e garantir o direito dessas comunidades à terra e aos recursos naturais, além de promover a preservação de suas culturas e modos de vida.

Do ponto de vista geopolítico-administrativo, as comunidades quilombolas pertencem a diversos municípios, entretanto as identidades negras revelam-se firmemente enraizadas nos diversos territórios históricos e geográficos bem delimitados. (GOMES, 2007, p. 168)

Conforme Gomes (2007), as comunidades remanescentes de quilombos no Brasil estão cada vez mais empenhadas em conquistar o reconhecimento de

seus direitos, valorizar sua cultura, fortalecer sua identidade e aumentar sua participação na sociedade circundante.

Há uma oralidade, de tradição, que realiza permanentemente o exercício de guardar de memória as lições de sabedoria e experiência dos ancestrais e transmiti-las aos seus descendentes, sempre na perspectiva de formar novas gerações sobre valores, princípios, crenças, costumes e tradições que mantenham viva a ancestralidade originária das Civilizações Tradicionais Africanas (Siqueira, 2005, p. 154)

Conforme citado acima, a autora menciona que, nas comunidades quilombolas existe uma tradição oral muito significativa. Essa tradição se concentra em preservar e transmitir constantemente como memórias, sabedoria e experiências dos europeus africanos para as gerações seguintes. O objetivo principal desse processo é manter vivos os valores, princípios, crenças, costumes e tradições que são a base da ancestralidade das civilizações tradicionais africanas.

Como afirma Botelho (2007, p.178):

Aspectos da cultura afro-brasileira precisam ser percebidos e explorados por todos e todas que participam do sistema educacional brasileiro, como estratégia para minimizar os preconceitos, as discriminações e o racismo que imperam na sociedade brasileira e atingem, sobretudo, estudantes negros e negras de nosso país.

Por tanto é fundamental que todos os envolvidos no sistema educacional brasileiro reconheçam e explorem os elementos da cultura afro-brasileira como uma estratégia para combater os preconceitos, as discriminações e o racismo que são prevalentes na sociedade brasileira, afetando principalmente os estudantes negros do país.

Botelho (2007, p. 182) destaca que, desde 2003, a promulgação da Lei n. 10.639/2003 representou um marco importante na educação brasileira, introduzindo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica. Esta legislação desempenha um papel fundamental na valorização da cultura negra brasileira e africana, bem como na promoção da cidadania plena de todos e todas. É preciso compreender.

(...) a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais,

adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito (Brasil, Secretaria de Educação Fundamental, 1998, p.7).

A compreensão da cidadania nesse contexto transcende a mera atribuição de direitos e deveres políticos, civis e sociais. Ela se baseia na participação ativa na vida social e política, no repúdio às injustiças e no cultivo de atitudes de solidariedade e cooperação no dia a dia. Como destacado pelo documento da Secretaria de Educação Fundamental do Brasil em 1998, esse entendimento da cidadania exige o respeito mútuo e a exigência de igual respeito para si e para os outros.

A legislação educacional brasileira permite que educadoras e educadores atuem para minimizar as desigualdades étnico-raciais nos espaços educacionais. Inicialmente com os Temas Transversais e um exercício de boa vontade e de consciência política, alguns educadores já abordavam as desigualdades étnico-raciais presentes na sociedade brasileira a partir dos pressupostos do tema da "Pluralidade Cultural" (Botelho, 2007, p.182).

No contexto da legislação educacional brasileira, Botelho (2007) destaca a permissão concedida aos educadores para abordar e trabalhar na redução das desigualdades étnico-raciais nos ambientes educacionais. A autora observa que, inicialmente, essa abordagem foi inovadora por alguns educadores por meio dos Temas Transversais, refletindo um compromisso consciente e político. Isso implica que os educadores já se esforçaram para abordar as profundas desigualdades étnico-raciais existentes na sociedade brasileira, aplicando os princípios da "Pluralidade Cultural" como uma estratégia pedagógica.

Para Botelho (2007) É fundamental reconhecer que as ações afirmativas desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade democrática e na superação das desigualdades históricas. No entanto, é importante também reconhecer que essas políticas enfrentam resistências, especialmente no contexto das políticas públicas educacionais direcionadas à população afro-brasileira.

A intensa luta histórica realizada, sobretudo pelos Movimentos Sociais Negros, tem trazido a temática racial para a cena pública. Nessa longa trajetória, as leis 10.639/2003 (BRASIL, 2003a) e 11.645/2008 (BRASIL, 2008) alteraram a Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e incluíram no currículo

Oficial da Rede de Ensino Pública a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, confirmando a necessidade e importância Das discussões étnico-raciais.

Muito embora os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 2000) definam diretrizes orientadoras aos educadores para a inserção da temática racial no cotidiano escolar, ainda persistem muitos desafios para a concretização de tais mudanças e observância da temática nas salas de aulas.

No ambiente escolar, essa cultura é pouco estudada, valorizada, ainda é implícita no meio escolar. Do qual por diversos motivos não conseguiram perceber a importância dessa cultura na construção e formação da sociedade brasileira. “As diferenças étnicas foram aos poucos transformando-se em diferenças sociais” (SOUZA JUNIOR, 1998, p.79-80).

Sobretudo a valorização da história e cultura afro-brasileira e indígena pelos educadores deve proporcionar ao aluno uma identificação com o conteúdo, levando-o a perceber-se como agente (re)produtor e também transformador da realidade.

Nesse sentido, um desafio significativo é a necessidade de capacitar gestores e gestoras para lidar com questões sociais brasileiras, incluindo aquelas relacionadas às ações afirmativas. Isso é particularmente relevante no contexto das políticas voltadas para a promoção da igualdade racial e cultural.

Apesar disso, as políticas educacionais brasileiras a partir da Lei nº 10.639/2003 passam, segundo Coelho (2015, p. 284), a “inverter o percurso usualmente trilhado”, ao alterar as narrativas que eram exaltadas e a consciência histórica dos sujeitos. O saber escolar, a partir daí, precisou ser modificado para atender a legislação vigente que nascia devido à mobilização dos movimentos sociais. De tal modo que, a partir do momento em que novas temáticas foram introduzidas, elas ressaltaram outras narrativas, passando a intervir na construção da memória coletiva e a modificar as formas como a construção histórica estava sendo edificada nos ambientes escolares (Holanda, 2021p.49)

O artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece a Base Nacional Comum e considera as diversidades na educação como uma complementação, algo que deve ser adaptado de acordo com as particularidades regionais e locais da sociedade, cultura, economia e alunos. No

contexto da história, a LDB confere à disciplina a responsabilidade de abordar as diversas influências culturais e origens que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. Portanto, no seu parágrafo 4 do artigo 26, ao afirmar que "o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia", a LDB, em 1996, passa a reconhecer a importância da diversidade e enfatiza como o ensino de história desempenha um papel fundamental nesse processo.

Art. 41. A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Parágrafo único. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, bem como nas demais, deve ser reconhecida e valorizada a diversidade cultural. (Brasil, 2010).'

De acordo com Holanda (2021), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de 2010 estabelecem que a Educação Escolar Quilombola é caracterizada pela combinação de vários elementos, incluindo aspectos relacionados ao território, ao currículo e à formação dos professores. Todos esses elementos estão intrinsecamente ligados ao objetivo de consideração e valorização da diversidade cultural presente nas comunidades tradicionais.

O conceito de Educação Escolar Quilombola, tal como é percebido pelas escolas localizadas em territórios quilombolas e aquelas que atendem estudantes provenientes desses territórios, foi posteriormente formalizado no artigo 9º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, as quais foram estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio da Resolução nº 8, datada de 20 de novembro de 2012, e apresentadas dois anos após a primeira menção a esse entendimento (Holanda 2021, p. 54-55).

Holanda (2021, p. 55) ainda destaca que a construção de tais dispositivos representa uma importante vitória para essas comunidades, mas a real aplicação das diretrizes e a transformação do ambiente escolar envolve uma série de fatores que perpassa por uma gestão democrática, por políticas públicas efetivas, pela formação docente e pela valorização da educação como um todo.

A apreciação da História Local nas leis, nos parâmetros e nas orientações curriculares possibilita e facilita a implementação de práticas pedagógicas que se voltam para a construção da identidade individual e coletiva dos estudantes, levando-os a refletir sobre seus valores, sobre suas práticas cotidianas e sua cultura. (Holanda, 2021, p.31-32)

De acordo com a autora, a inclusão da História Local nas leis, diretrizes e currículos educacionais abre caminho para a implementação de abordagens pedagógicas que têm como foco a formação da identidade individual e coletiva dos alunos. Essa abordagem incentiva os estudantes a refletirem sobre seus próprios valores, práticas diárias e herança cultural, contribuindo assim para esse processo.

Botelho (2007, p. 179- 180) Mesmo com avanços significativos na área educacional para as chamadas “minorias”, a equidade étnico-racial em território brasileiro ainda necessita de várias ações sociopolíticas isso para atingir o que preconiza a Resolução n. 01/2004 do Conselho Nacional de Educação, que versa sobre:

(...) valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra (2002, p. 12).

No campo educacional, é preciso salientar que, por falta de ações pedagógicas permanentes de valorização dos negros(as), o racismo tem tornado a escola um palco de violências raciais. A legislação atual garante possibilidades de reversão do quadro. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Artigo 58, garante à criança e ao adolescente o direito de desfrutar de sua herança cultural específica. A Constituição Federal estabelece que os conteúdos do ensino fundamental devem assegurar o respeito aos valores culturais (Artigo 210). A LDB determina que os projetos, programas e currículos assegurem o respeito às diferenças culturais, sociais e individuais de todos aqueles que frequentam a escola, bem como estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica (Botelho,2007 p.181).

O discurso pedagógico oficial para a gestão das diferenças ou diversidades é frágil no sentido da ausência da prescrição de práticas pedagógico-curriculares que garantam a inclusão ativa dos indivíduos ou grupos que correspondem às diferentes vozes, histórias e dinâmicas socioculturais específicas e que compõem a "diversidade cultural brasileira" (Troquez, 2018, p. 57-58).

Troquez (2018) destaca a fragilidade do discurso pedagógico oficial no que diz respeito à gestão da diversidade e inclusão no contexto educacional brasileiro. O argumento que o discurso é deficiente porque não fornece orientações práticas específicas para a implementação de práticas pedagógicas e curriculares que realmente asseguram a inclusão ativa de indivíduos ou grupos que representam diferentes vozes, histórias e dinâmicas socioculturais que compõem a "diversidade cultural brasileira".

Então, tornar o currículo uma seara de resistência é um caminho a seguir. Todo esse processo de ocultação e depreciação da cultura e história de determinados grupos étnicos, como os indígenas e quilombolas, colaborou para a engrenagem de discriminações que majoraram as grandes desigualdades e injustiças sociais e raciais existentes no país. Assim, faz-se necessário transgredir e subverter a lógica desse currículo que tenta apagar ou homogeneizar as culturas de determinados grupos da população brasileira (Holanda 2021, p.61).

Entretanto, precisamos lembrar que, por muito tempo, as memórias e os valores eram estabelecidos pelos que determinavam a narrativa histórica hegemônica. Ocorria a desvalorização da coletividade, e as ações que eram reverenciadas voltavam-se para os atos individuais, para as personalidades e para os fatos isolados. Sobrevinha daí um grande distanciamento entre a realidade vivida pelos sujeitos e o que era tratado pelo ensino de história (Holanda 2021, p.31).

Cabe-se fazer uma reflexão nesta subseção sobre o silenciamento da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) em torno destes espaços educativos que são as escolas quilombolas no Brasil. Percebemos que desde 2016, quando ocorreu o golpe contra a presidente Dilma Rousseff (2010-2016) houve um

distanciamento dos movimentos sociais das questões ligadas ao Estado, e nessa esteira a discussão quilombola ficou para segundo plano.

A BNCC em nível de Ministério da Educação, pensou em uma padronização educacional a partir das escolas regulares através dos diversos ministérios que construíram políticas educacionais voltadas somente para esse segmento, no caso, das particularidades regionais e das questões ligadas a educação quilombola ficou-se a cargo das sessões estaduais da União Nacional do Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

No caso do Estado do Pará, a Undime nesta federação brasileira, através do Conselho Estadual de Educação (CEE-PA) aprovou em novembro de 2018 um texto base, que regulamenta a atuação de professores e gestores dentro das diversas modalidades de ensino, e apresenta-se uma leitura da realidade educacional quilombola por meio deste documento legal, assim, ele preconiza mesmo que de forma limitada através de três páginas apenas em um documento de 550 páginas que a discussão da educação das relações étnico-raciais e quilombolas possam girar em torno das seguintes temáticas: (a) a consciência política e histórica da diversidade; (b) fortalecimento de identidades e dos direitos; (c) Ações educativas de combate ao racismo e discriminações (Pará, 2018, p. 598-599).

Na possibilidade de construir uma nação democrática a BNCC-PA propõe um olhar específico para as diversidades locais e regionais na região amazônica, e com isso, pensa esse documento legal em torno da educação das relações étnico-raciais a partir dos aspectos históricos, sociais e antropológicos. Evidenciando assim que,

A referida proposta apresenta como metas o direito dos negros e índios se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. Este direito garante o acesso aos referidos cidadãos de cursarem todos os níveis de ensino em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores com formação para lidar com as relações produzidas pelo racismo e discriminações, capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais e a valorização da história, da cultura e da identidade dos indígenas e descendentes de africanos (Pará, 2018, p. 597).

Portanto, fica-se um questionamento a ser respondido ao final deste trabalho de conclusão de curso, será que a comunidade escolar do

Araquembaua está construindo uma proposta educacional contracolonizadora? Se sim, como eles abordam a valorização da história, da história e da identidade de afrodescendentes na região de Baião?

1.2. A EDUCAÇÃO QUILOMBOLA COMO EXPERIÊNCIA SOCIAL

De acordo com Moura (2007, p. 159) Quilombos contemporâneos são comunidades negras rurais habitadas por descendentes de escravos que mantêm laços de parentesco. A maioria vive de culturas de subsistência em terra doada/comprada/secularmente ocupada. Seus moradores valorizam tradições culturais dos antepassados, religiosas (ou não), recriando-as. Possuem história comum, normas de pertencimento explícitas, consciência de sua identidade étnica.

Moura (2007) Quilombo, vocábulo que designou, por muito tempo, apenas acampamentos de escravos fugidos, tem origem africana. Para Reis (1996):

Quilombo derivaria de kilombo, sociedade iniciática de jovens guerreiros mbundu, adotada pelos invasores jaga (ou imbangala), formados por gente de vários grupos étnicos desenraizada de suas comunidades.

O contexto histórico dos quilombos tem sido revisitado no Brasil para se referir às comunidades rurais de descendência africana. A noção de quilombo tem sido alvo de análises históricas e discussões políticas desde a década de 1970. O movimento negro desempenhou um papel significativo em enfatizar a importância do estudo dos quilombos na história brasileira. Eles redefiniram o conceito, considerando as comunidades quilombolas como entidades culturais autônomas, representando pedaços da África dentro do Brasil (Moura, 2007, p. 160).

Lopes (2007, p.178) Ao se falar em quilombos, no Brasil, as palavras fuga, resistência e liberdade aparecem imediatamente no imaginário que temos acerca do tema. Estudos recentes² têm mostrado que novos conceitos devem ser incorporados à nossa compreensão do que venham a ser os quilombos e sua história em nosso país.

Desde o século XIX, os quilombolas existem no Brasil realizando ações de identidade, trabalho, organização social e resistência

aos sistemas de dominação impostos aos africanos e seus descendentes (Siqueira, p.154)

De acordo com Siqueira (2005) há séculos, os quilombolas têm estado presentes no Brasil, envolvendo-se em ações que afirmam sua identidade cultural, trabalho, organização social e resistência contra sistemas de dominação que afetaram os africanos e seus descendentes.

Lopes (2007) primeiro conhecido por mocambo (entre os séculos XVI e XVII), o nome quilombo designava grupos acima de três escravos fugidos. Muitos foram os quilombos ao longo da nossa história, e entre eles Palmares é considerado um símbolo.

No início, o termo "quilombo" foi usado para se referir a pequenos grupos de escravos fugitivos, conhecidos como "mocambos", durante os séculos XVI e XVII. Com o tempo, o termo "quilombo" passou a designar grupos de escravos fugitivos que tinham mais de três membros. A história do Brasil testemunhou a existência de muitos desses quilombos ao longo do tempo, sendo o quilombo de Palmares um dos mais emblemáticos e reconhecidos como símbolo desse fenômeno.

Moura (2007, p.158) ainda destaca a formação dos quilombos como um processo de resistência à escravatura na Colônia e no Império. "Palmares é citado como o símbolo-mor dos quilombos, com quase um século de existência e liderado por figuras importantes como Ganga Zumba e Zumbi". Para os quilombolas, a terra era vista como sinônimo de liberdade, representando o patrimônio onde os despossuídos encontravam espaço para plantar e viver, fortalecendo sua identidade. A resistência dos negros libertários gerava apreensão e temor".

Moura (2007, p. 158- 159) cita Magalhães, que enfatiza a importância da terra como patrimônio cultural e histórico para os camponeses. A terra vai além de ser apenas um objeto de trabalho e propriedade; é por meio do trabalho cotidiano com a terra que homens e mulheres, incluindo camponeses migrantes e negros assentados há mais de 200 anos, buscam reconstruir, garantir e respeitar sua dignidade, transmitindo uma história e obra para as futuras gerações.

Ao pensarmos sobre a construção da identidade negra não podemos diminuí-la às concepções relacionadas ao sistema escravista, devemos entendê-la como

processo histórico conectado à cultura, memória e ancestralidade desse povo (Holanda, 2021, p. 30)

Conforme o argumento de Holanda (2021) quando abordamos a construção da identidade negra, não devemos restringir unicamente às concepções relacionadas ao sistema escravista, mas sim compreendê-la como um processo histórico intrinsecamente ligado à cultura, memória e herança ancestral desse povo.

Segundo Botelho (2007, p.179) É importante que educadoras e educadores estimulem seus alunos e alunas a reconhecerem a legitimidade dos diferentes saberes presentes na sociedade e perceberem como cada grupo sócio racial contribuiu para a formação da identidade cultural do país. Diante de uma população escolar educacional multirracial, como a brasileira, mostram-se imprescindíveis novas práticas didático-pedagógicas que ressignifiquem os conteúdos curriculares e as atividades de sala de aula, por meio de recursos diferenciados de ensino, como os presentes nas comunidades quilombolas e quase sempre não apropriados por educadores e educadoras como alternativas didático-pedagógicas.

Conforme destacado por Gomes (2007)

Quando se constata a riqueza criativa das vivências dos moradores das comunidades remanescentes de quilombos, principalmente dos mais velhos, no que diz respeito ao uso das ervas medicinais, no modo de trabalhar a terra, de tirar dela seu sustento, nas linguagens gestuais, na música, nas festas, no modo de se divertir, de cantar, dançar e rezar vê-se a importância de ter acesso a esse conhecimento (Gomes, p. 169).

Como ressaltado por Gomes (2007), fica evidente a relevância de ter acesso a esse conhecimento quando se observa a riqueza criativa das experiências dos habitantes das comunidades remanescentes de quilombos, especialmente os mais idosos. Isso se reflete no uso de ervas medicinais, na abordagem à agricultura para a subsistência, nas formas de expressão gestual, na música, nas celebrações, bem como nas maneiras de entretenimento, incluindo o canto, a dança e a oração.

Gomes (2007, p.169), é esse conhecimento que constitui o contexto em que se tecem as teias de significados que recriam incessantemente sua cultura

e sua identidade contrastiva, isto é, a afirmação da diferença. Nas práticas dos moradores das comunidades, há um forte apelo ao reconhecimento dessa identidade.

Oliveira (2007, p.162) argumenta:

Os saberes tradicionais e os costumes, passados e perpetuados através das gerações, historicamente estruturaram o ciclo de vida das comunidades quilombolas e norteiam, atualmente, a estrutura social.

Conforme Oliveira (2007, p.162), as tradições e conhecimentos transmitidos ao longo das gerações desempenharam um papel crucial na formação e na continuidade das comunidades quilombolas ao longo da história, moldando profundamente suas estruturas sociais. Isso implica que, até os dias atuais, essas tradições continuam a ser fundamentais para a organização e o modo de vida dessas comunidades, refletindo a importância da preservação das heranças culturais e da sabedoria ancestral para as gerações futuras.

Segundo Siqueira (2005) Hoje, os Quilombos, denominados Comunidades Remanescentes de Quilombos, ou Terras de Pretos, se reorganizam no país inteiro, nas diferentes regiões, revivendo o legado de seus antepassados. São núcleos vivos de iniciativa comunitária, identitária, sem perder de vista as dinâmicas das transformações histórico-político-culturais ocorridas no decurso de tantos séculos, que essas tradições atravessam em tempos e espaços diferentes.

Entre os múltiplos saberes, destaca-se: o saber respeitar as pessoas mais velhas; a história da família dos seus antepassados; o culto à natureza; os saberes em relação à chuva e à posição do sol; os efeitos da lua; o tempo de plantar e de colher; o perigo dos raios, a leitura da força dos trovões; a importância da água em todos os momentos da vida; os segredos das plantas; o poder das folhas e das raízes para curar, para fortalecer o corpo e a alma das pessoas (Siqueira, 2005, p.155)

Oliveira (2007, p. 164) A organização das comunidades quilombolas é importante no processo de valorização dos saberes tradicionais de saúde. A educação também é fundamental na preservação da cultura quilombola e, nesse caso, dos saberes tradicionais de saúde. Para que a cultura quilombola se fortaleça, são necessários espaços para frutificar e fortalecer essas práticas. As

comunidades têm o direito de ficar onde sempre estiveram. Além do direito à terra, cabe refletir também sobre a educação e o currículo escolar e sobre a relação que a cultura quilombola e os conhecimentos tradicionais de saúde têm com eles.

Os conhecimentos tradicionais de saúde (sejam eles quilombolas, indígenas, caiçaras, de terreiro, dentre outros) são pouco estudados e não compõem de forma expressiva os materiais didáticos de nossas escolas. Portanto, apesar de serem fundamentais para muitos povos, são concebidos como inferiores, ou mesmo ultrapassados (Oliveira, 2007, p.166).

Trata-se de um saber que vai sendo transmitido e assimilado de forma lenta e permanente, dando oportunidade de reflexão sobre a necessidade de mudança, sempre que as circunstâncias o exigirem, para que a comunidade possa adequar-se às novas condições do momento. É durante os rituais que os valores que a comunidade reputa essenciais se condensam e são reafirmados e renegociados, constituindo, assim, um currículo invisível através do qual são transmitidas as normas do convívio comunitário. Sem uma intenção explícita, este currículo invisível vai sendo desenvolvido, dando às crianças o necessário conhecimento de suas origens e do valor de seus antepassados, mostrando quem é quem no presente e apontando para as perspectivas futuras. (Gomes, 2007, p. 169). De acordo com Gomes (2007), o 'currículo invisível' é a transmissão dos valores, dos princípios de conduta e das normas de convívio..." (Gomes, 2007, p. 169).

Como citado acima é importante considerar que a formação desse currículo invisível é um processo histórico no qual a linguagem, em particular as linguagens musicais e corporais, desempenham um papel central. De acordo com Oliveira (2007, p.162) "Os saberes tradicionais e os costumes, passados e perpetuados através das gerações, historicamente estruturaram o ciclo de vida das comunidades quilombolas e norteiam, atualmente, a estrutura social. Hoje em dia, em grande parte das comunidades quilombolas do país, há pessoas que tradicionalmente dominam o conhecimento acerca de rezas curadoras e de ervas e remédios concebidos de forma tradicional, e pessoas que detêm enorme saber sobre o processo reprodutivo e o parto. Mais conhecidas como parteiras, remedieiras, curandeiras(os), rezadeiras(os), benzedadeiras(os), essas são pessoas muito presentes na estrutura social dessas comunidades.

Conforme Oliveira (2007, p. 163) observa, a resistência que caracteriza as comunidades quilombolas se manifesta notadamente nas práticas de saúde autônomas, onde os processos de nascimento e morte ocorrem, e ainda continua a ocorrer em muitas comunidades, dentro das partes de sua própria visão de mundo.

Um dos aspectos importantes desse trabalho conjunto é a transmissão de conhecimento e o aspecto pedagógico dessa atuação. A tradição oral envolve, há gerações, o conhecimento sobre o parto, os remédios tradicionais, as plantas, as garrafadas e o benzimento (Oliveira, 2007, p.163).

Oliveira (2007) destaca a importância fundamental da tradição oral nas comunidades quilombolas, sublinhando que essa prática vai além da simples transmissão de conhecimentos. Ela também tem um caráter pedagógico valioso. Através da tradição oral, as gerações mais antigas

Assim, há muito que pesquisar e aprender sobre a história dos quilombos, para além da fuga e da resistência. Atualmente, a situação das diversas comunidades remanescentes de quilombos nos traz questões, entre as quais a da identidade, do pertencimento, da posse da terra, da educação, da saúde, do transporte, do desenvolvimento sustentável, que não podemos deixar de discutir, inclusive na pauta das políticas públicas (Lopes, 2007, p.173).

Oliveira (2007) também destaca que o processo de medicalização crescente e a influência de políticas externas têm impacto sobre as práticas de saúde nas comunidades quilombolas. A preservação desses saberes tradicionais é fundamental para a preservação da cultura quilombola, e os professores têm o desafio de desenvolver currículos que incluam a pluralidade da identidade brasileira e reconheçam e valorizem esses conhecimentos tradicionais.

Nesse contexto Holanda (2021) argumenta que o trabalho com História Oral é apontado como uma forma de valorizar a história, identidade e memória dos estudantes quilombolas. A luta do movimento quilombola para o reconhecimento de seus direitos é enfatizada, assim como a importância da preservação da memória dessas comunidades. O trabalho com Memória, Identidade e História Local nas aulas de História é fundamental para a construção da identidade individual e coletiva dos estudantes quilombolas, levando-os a refletir sobre seus valores, práticas cotidianas e cultura. A História

Oral é destacada como uma ferramenta para valorizar a história, a identidade e a memória dos alunos quilombolas.

Conforme destacado pela pesquisadora Holanda (2021) A identidade é compreendida como um sistema de representação cultural e social atribuído a cada indivíduo, sendo tanto simbólica quanto social. A construção da identidade negra no contexto histórico brasileiro foi marcada pela luta de homens e mulheres negras para uma inserção digna na sociedade e pelo reconhecimento de sua identidade. O ensino de História desempenha um papel importante na valorização da identidade individual e coletiva dos estudantes, permitindo a reflexão sobre seus valores, práticas cotidianas e cultura.

No contexto da luta pelos direitos das comunidades quilombolas, a memória desses sujeitos deve ser valorizada e preservada, e o ensino de História é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e identificação, assim como para uma reflexão crítica da realidade e a desconstrução de estereótipos e preconceitos.

O significado pedagógico deste tipo de postura pode ser avaliado à luz de análise feita por Paulo Freire, que propugnava a esperança como valor fundamental para o indivíduo, com a crença de que pode ser construída uma comunidade de significados em torno de experiências básicas da vida humana de que todos compartilhem (Freire, 1975). Trata-se de um saber que vai sendo transmitido e assimilado de forma lenta e permanente, dando oportunidade de reflexão sobre a necessidade de mudança, sempre que as circunstâncias o exigirem, para que a comunidade possa adequar-se às novas condições do momento". É durante os rituais que os valores que a comunidade reputa essenciais se condensam e são reafirmados e renegociados, constituindo, assim, um currículo invisível através do qual são transmitidas as normas do convívio comunitário. Sem uma intenção explícita, este currículo invisível vai sendo desenvolvido, dando às crianças o necessário conhecimento de suas origens e do valor de seus antepassados, mostrando quem é quem no presente e apontando para as perspectivas futuras (Gomes, pg. 69).

Holanda (2021, p. 37), "Todo esse processo envolve a construção das identidades individuais e coletivas. Nesse sentido, há total ligação entre a concepção de consciência histórica e o ensino de história. E, nesse cenário, o papel do/a educador/a se configura de modo dialógico, visto que ele/a, através

dessa relação interativa, tanto molda sua identidade pessoal, quanto participa da formação da identidade do outro.

Portanto, as contribuições dos autores sobre a educação quilombola como uma experiência social revela a complexidade e a relevância desse tema. Ao compreendermos as práticas culturais, históricas e de resistência dessas comunidades, somos capazes de apreciar a riqueza de sua herança e a vitalidade de suas tradições. A educação, nesse contexto, desempenha um papel central na preservação da identidade quilombola e na promoção do respeito pelos saberes tradicionais. Além disso, os autores evidenciam a necessidade de abordagens educacionais inclusivas que valorizem a diversidade cultural do Brasil e reconheçam a importância dos conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas.

Essas reflexões enriquecem a compreensão desse campo de estudo e servem como base para orientar futuras pesquisas e iniciativas que visam fortalecer as comunidades quilombolas em suas lutas por reconhecimento, justiça e preservação de sua rica herança cultural. A seguir, abordaremos a metodologia que orientará a investigação desta pesquisa.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA DA PESQUISA REALIZADA

O segundo capítulo tem como finalidade apresentar a metodologia a ser desenvolvido ao longo deste trabalho de conclusão de curso, usa-se como método de pesquisa a história oral, como caminho interessante para compreender a relação narrativas quilombolas e práticas educativas na cidade de Baião. Assim, esse trabalho encontra-se dentro da relação história do tempo presente e a educação na escola municipal de ensino fundamental Araquembaua.

A "história do tempo presente" é uma abordagem histórica que se concentra em analisar e compreender eventos e mudanças históricas recentes, muitas vezes dentro do contexto das últimas décadas ou mesmo anos. No contexto das narrativas quilombolas e da memória, essa abordagem pode ser particularmente relevante. A professora Marieta Ferreira (2000) destaca que a

história do tempo presente trabalha com testemunhos vivos, sendo vista como fonte e como objeto da pesquisa histórica.

A preservação da história recente torna-se central para os estudos em territórios quilombolas. A história do tempo presente permite que as comunidades quilombolas documentem e preservem sua história recente. Isso inclui eventos, lutas, conquistas e desafios que ocorreram nas últimas décadas. A memória desempenha um papel crucial nesse processo, pois as pessoas mais velhas da comunidade podem compartilhar suas experiências e conhecimentos sobre esses eventos.

A história do tempo presente ajuda a contextualizar as lutas atuais das comunidades quilombolas. Isso significa que a memória das lutas passadas, como a resistência à escravidão, à discriminação racial e à expulsão de suas terras, pode ser usada para entender e explicar as questões que as comunidades enfrentam hoje em dia, como a luta pela demarcação de terras. Permite enxergar as singularidades de determinado lugar em torno da questão da luta pela terra no contexto amazônico e a escola possui um papel central dentro dessa discussão.

Possibilita construir uma relação de pertencimento do lugar (Hooks, 2020), pois, conforme destaca o indígena Daniel Munduruku precisamos construir uma pedagogia do pertencimento. Nessa direção, perpassa por conhecermos a história do nosso lugar. A história do tempo presente pode ser usada como evidência para buscar reconhecimento e justiça. Por exemplo, a memória de deslocamentos forçados ou violações de direitos humanos recentes pode ser usada como base para reivindicações legais e políticas que buscam reparação e proteção dos direitos das comunidades quilombolas.

A história do tempo presente também pode documentar mudanças sociais e políticas que afetam as comunidades quilombolas. Isso inclui avanços legais, políticas públicas, movimentos sociais e outras transformações que impactam a vida dessas comunidades. A memória dessas mudanças é essencial para avaliar seu impacto.

A história do tempo presente contribui para as narrativas quilombolas, ajudando a construir uma compreensão atualizada e dinâmica de quem são essas comunidades. Ela também influencia a identidade quilombola, à medida

que as narrativas incluem eventos e experiências recentes que moldaram a visão que as comunidades têm de si mesmas.

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nessa perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto de estudo atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia (...) (Neves, 2012, p. 92).

A história do tempo presente pode ser uma ferramenta poderosa para a educação e conscientização dentro e fora das comunidades quilombolas. Ela ajuda a sensibilizar as pessoas sobre as questões que essas comunidades enfrentam atualmente e sobre a importância de preservar sua cultura e identidade. Em resumo, a história do tempo presente, quando combinada com a memória das comunidades quilombolas, desempenha um papel crucial na preservação, compreensão e promoção das narrativas quilombolas. Ela ajuda a dar voz às comunidades, a contextualizar suas lutas e a promover a justiça social e o reconhecimento de seus direitos históricos e contemporâneos. Usamos a metodologia de pesquisa qualitativa dentro deste trabalho, pois, o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (Mynaio, 2014, p. 69)

2.1. A Escola Municipal de Ensino Fundamental de Araquembaua

A pesquisa foi realizada com 4 (quatro) docentes atuantes da escola na comunidade quilombola de Araquembaua, localizada no município de Baião, no mês de setembro de 2023. Com o intuito de conhecer e analisar a educação quilombola na Escola Municipal de Ensino Fundamental de Araquembaua, com um foco nos debates relacionados à Lei 10.639 de 2003. Além disso, a pesquisa buscou compreender e explorar as discussões em torno das memórias docentes, da cultura de pertencimento e da identidade presentes na comunidade quilombola, compreendendo a forma como estabelecem a história da

comunidade na construção do currículo educacional a partir da lei 10.639 de 2003.

O estudo originou-se da necessidade de conhecer e compreender como a narrativa quilombola está sendo inserida no ambiente escolar, tendo como tema central "A Narrativa Quilombola na Escola Municipal de Ensino Fundamental na Comunidade de Araquembaua, no Município de Baião". A metodologia de pesquisa teve como base a história oral em nossa pesquisa nos incentivou a conhecer e analisar o modo como a narrativa quilombola é abordada e inserida no ambiente escolar da comunidade.

O procedimento metodológico que usamos para esta pesquisa foi de natureza participante-qualitativa. A modalidade de pesquisa adotada foi por meio de um estudo qualitativo, com um foco específico na abordagem de história oral como fio condutor. A pesquisa participante possibilita na tentativa de produzir conhecimento coletivo a partir das experiências de vida de pessoas, grupos e classes populares, na finalidade de avançar no conhecimento e escrita da história de grupos historicamente marginalizados (BRANDÃO, 1999).

No contexto deste estudo, o método de história oral é especialmente relevante, pois permite a coleta de narrativas e relatos pessoais, ajudando a dar voz às experiências da comunidade quilombola e dos professores envolvidos nesta modalidade de educação com ênfase nos debates em torno da Lei 10.639 de 2003, bem como nas questões de memória e identidade na comunidade.

Conforme mencionado por Meihy (2021, p.17)

História oral é um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do "tempo presente" e também reconhecida como "história viva".

Neste sentido o autor destaca a importância da história oral como ferramenta e dinâmica para documentar e preservar as experiências humanas, especialmente aquelas relacionadas a eventos e contextos sociais. É uma maneira de dar voz às pessoas comuns e preservar suas histórias de vida para as futuras gerações futuras.

No que diz respeito a Memória Meihy (2021) afirma que a memória desempenha um papel fundamental na confirmação do presente, uma vez que é essencial para garantir a aplicação das normas da vida social, as quais se

baseiam na repetição de comportamentos estabelecidos no passado .Além disso, Meihy destaca a importância de entender a relação entre memória e esquecimento, observando que o que é esquecido, por que razão, como e quando ocorre são aspectos essenciais do que permanece retido na memória.

Toda pesquisa imbuí-se dos fatos que a norteiam e se expressa pelos caminhos que a constroem, surgindo uma questão iminente, sobre o que, de fato, é o método qualitativo? Para Minayo (2014),

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2014, p.57).

Como citado acima a autora está enfatizando que uma pesquisa qualitativa vai além de apenas coleta de dados; envolve uma abordagem holística que requer mente aberta, flexibilidade, observação meticulosa e interações construtivas para capturar a complexidade das experiências humanas e dos contextos sociais em estudo.

No que diz respeito à pesquisa em estudo, que se apropriou das contribuições da pesquisa qualitativa. Segundo Minayo “uma investigação qualitativa requer, como atitudes fundamentais, a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos” (MINAYO, 2014, p. 195).

Com base nesse autor uma pesquisa qualitativa, é fundamental que os pesquisadores cultivem uma mentalidade aberta, estejam interessados em se adaptar, sejam observadores cuidadosos e capazes de estabelecer conexões significativas tanto com outros pesquisadores quanto com os indivíduos ou grupos sociais envolvidos no estudo.

Conforme Meihy (2021), o trabalho com a memória possibilita aos sujeitos pesquisados uma outra compreensão do período histórico evocado, qual seja:

A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança no conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam a entender a sequência histórica e se sentir parte do contexto em que vivem (MEIHY, 2021, p.19).

Com base nesse autor ele argumenta que a história oral não oferece apenas uma nova perspectiva sobre o que é a história, mas também confere um profundo sentido social à vida das pessoas envolvidas no processo. Ela permite que os depoentes compartilhem suas experiências, memórias e vivências, e os leitores, por sua vez, passem a compreender melhor a sequência histórica e se sintam conectados ao contexto em que vivem. Em outras palavras, a história oral aproxima as pessoas do passado, permitindo-lhes não apenas aprender sobre a história, mas também se identificar com ela e sentir-se parte integrante da trajetória histórica, assim, “de fato, a história oral é tão antiga quanto a própria história. Fala-se mesmo que toda história, antes de ser escrita, passou por etapas narrativas ou outras manifestações da oralidade” (MEIHY, 2021, p. 95).

Diante disto, o autor está destacando a importância e a antiguidade da tradição da história oral. Ele está afirmando que a prática de contar histórias oralmente é tão antiga quanto a própria ideia de história. Além disso, o autor sugere que, antes de serem registradas por escrito, as histórias passavam por estágios narrativos ou outras formas de expressão oral. Isso implica que a história oral desempenhou um papel fundamental na transmissão e preservação do conhecimento histórico antes da invenção da escrita, refletindo a riqueza e a diversidade das tradições culturais ao longo do tempo.

A sociedade depende da memória para garantir a aplicação das regras de vida social. Estas regras são condicionantes com base na repetição de comportamentos e atitudes definidas no passado. Sem a memória para lembrar e reforçar esses padrões sociais do passado, a sociedade teria dificuldade em manter a coesão social e a continuidade das tradições, normas e valores ao longo do tempo (MEIHY, 2021, p.75).

É fato que a fonte oral, seja qual for sua forma, baseia-se essencialmente na memória, que é sempre uma reconstrução que evoca o passado visto pela perspectiva do presente e marcada pelo social, atuando na memória individual e coletiva. Desta forma, embora a história oral não trabalhe especificamente com uma memória social ou coletiva, é preciso reconhecer que as memórias individuais são construídas a partir de vivências que os sujeitos experimentaram no curso de suas vidas, inseridos em grupos sociais. A manifestação da memória individual decorre de sua inserção em campos de significados de domínio coletivo, pois no ato de lembrar tomamos por referência os quadros sociais.

Entretanto, toda narrativa seja na forma oral ou escrita, envolve um processo de construção e seleção de informações. Ela é uma interpretação dos eventos, não uma mera apresentação dos fatos objetivos. É importante lembrar que, mesmo quando as histórias tratam dos mesmos eventos, cada vez que são contadas, podem conter nuances e detalhes diferentes. Isso ocorre porque a narrativa está em constante evolução e adaptação, refletindo as perspectivas e interpretações dos narradores." (MEIHY,2021, p. 56).

A pesquisa foi realizada com 4 (quatro) professores atuantes da escola e moradores da comunidade de Araquembaua, foi conduzida por meio de entrevistas, utilizando um questionário composto por 15 perguntas relacionadas ao tema e ao objeto de estudo. Cada pergunta foi elaborada de forma a abordar aspectos específicos e relevantes da pesquisa. As entrevistas foram realizadas de maneira estruturada, seguindo um roteiro pré-determinado que incluía as 15 questões. Também foram feitas observações em sala de aula, anotações em diário de campo e registros de fotos a fim de capturar a essência da narrativa quilombola na prática educacional.

Capítulo 3 – Cartografias docentes na comunidade quilombola Araquembaua

Neste capítulo iremos apresentar as impressões dos professores pesquisados dentro da comunidade quilombola do Araquembaua. Apresentamos uma breve descrição dos docentes entrevistados da comunidade que desempenharam um papel crucial como principais colaboradores nesta pesquisa de cunho participante-qualitativa, com foco na abordagem da história oral para conhecer, compreender e analisar os depoimentos coletados provenientes de perguntas semiestruturadas.

Usamos ao longo deste capítulo o conceito de “cartografia” através das reflexões de Martín-Barbero (2004) para identificar uma dada realidade social, diferente das leituras cartográficas pensadas pelos mapas bastante usadas na área da Geografia, por exemplo, utilizamos neste trabalho outra definição de cartografia por evidenciar as experiências a partir da elaboração de trajetórias particulares de sujeitos-professores no interior da Amazônia.

Mas quem disse que a cartografia só pode representar fronteiras e construir imagens das relações, e dos entrelaçamentos, caminhos em fugas e dos labirintos? Um cartógrafo perito M. Serres escreveu: “nossa história, singular e coletiva, nossos descobrimentos, como nossos amores, assemelham-se mais a apostas de azar de climas e cismas do que uma viagem organizada provida de um contrato seguro (...) por esta razão, os mapas meteorológicos, rápidos e mutáveis ou lentos e pacientes, que nos mostram as ciências da terra profunda, com suas terras movediças e linhas de fraturas com pontos cálidos, interessam hoje ao filósofo mais do que os antigos mapas de estradas. Estamos longe de uma linha cartográfica que se torna fractal – nos mapas, o mundo recupera a singularidade diversa dos objetos: cordilheira, ilhas, selvas, oceanos – e se expressa textualmente, ou melhor, textilmente: em pregas e des-pregas, reverses, intertextos, intervalos. É isso que para Serres condensa a imagem de Penélope tecendo e destecendo o mapa da viagem do marido, mapa do mar sonhado e do real, entrecidos no canto de Homero (MARTIN-BARBERO, 2004, p. 12)

Nessa direção, espera-se através das narrativas docentes de professores da comunidade quilombola de Araquembaua construir um olhar para esse labirinto de memórias “entre-vista” a partir desses 4 docentes professores-pesquisadores, pois, através de fios difusos de trajetórias individuais apresentam a educação das relações étnico-raciais e questão quilombola como possibilidade investigativa através das histórias de vida temática, como nos aponta Meihy (2021) podendo compreender os limites e as possibilidades pedagógicas de trabalhar a lei 10.639 de 2003 dentro do terreno de uma comunidade quilombola no estado do Pará.

3.1. LOCALIZANDO O ESPAÇO TERRITORIAL DO QUILOMBO ARAQUEMBAUA

A comunidade remanescente de quilombo Araquembaua rica em belezas naturais é uma das 101 comunidades quilombolas rurais na região. Sua trajetória histórica e econômica assemelha-se a muitas outras localidades, mas possui características únicas. Não há registros oficiais que definam o período exato de sua origem ou como foi formada. A única fonte de informações são as narrativas transmitidas pelos moradores mais antigos e pelas lideranças locais, que se esforçam para reconstituir a memória da comunidade.

Imagem 1 - Um panorama da comunidade vista de cima com ajuda de um drone



Fonte: Instagram da comunidade 09/11/2023

Considerado um dos cartões postais ao adentrar o território, na primeira rua localiza-se um marco histórico para comunidade, em 25 de janeiro de 2022, o morador da vila, Dr. Antônio Filho, advogado, teve a ideia de criar algo especial para a comunidade. Sua proposta foi calorosamente acolhida por todos: construir um letreiro com o nome da vila, que diz "Eu amo Araquembaua". A concretização desse projeto contou com doações voluntárias da própria comunidade, representando um legado da memória coletiva de nosso povo. Finalmente, em 18 de setembro de 2022, o letreiro foi inaugurado, tornando-se um monumento histórico do povo quilombola. Hoje, esse monumento é um ponto turístico popular tanto para os moradores locais quanto para os visitantes, acrescentando um charme especial à vila e fortalecendo os laços da comunidade. Essa iniciativa se tornou um marco histórico que reflete as características únicas da comunidade quilombola.

Além disso, na comunidade, há outro ponto de referência que se destaca como um cartão postal, conforme destacado por Reis (2013). "Trata-se de uma mangueira que foi plantada em 22 de maio de 1922, inicialmente em uma lata de gordura, logo em frente à capela religiosa". Até os dias de hoje, ela continua a adornar nossa paisagem, proporcionando uma vista deslumbrante e sendo uma referência inigualável na comunidade

Imagem II - Letreiro, Igreja Católica e Mangueira



Fonte: Instagram da comunidade 09/11/2023

A Igreja Católica da Santíssima Trindade dos Inocentes, situada na primeira rua é palco anualmente da festividade religiosa da Santíssima Trindade dos Inocentes no mês de novembro, ao longo do tempo, a igreja se tornou um símbolo de continuidade e tradição para a comunidade, conectando as gerações passadas, presentes e futuros através da prática da fé desempenhando um papel de grande importância na comunidade. De acordo com Reis (2013) “A igreja passou por três fases de construção, sendo a última delas concluída no início de 1997, com a generosa contribuição financeira do irmão, Dr. Bazílio de Paula Rodrigues. A inauguração oficial da igreja ocorreu em 26 de abril de 2003, sob a liderança do Padre Olegário”. (Documentos da Igreja Santíssima Trindade de Araquembaua).

Pertencente a zona rural do município de Baião, no nordeste do estado do Pará, na região do baixo Tocantins, Araquembaua é firmada em um paredão com 35 metros de altura acima do nível do rio. Dada a dificuldade de acessibilidade para o território, exigiu que a comunidade construísse um trapiche que fica localizado logo em frente à igreja católica da comunidade que foi batizada como Porto da Trindade, para assim facilitar as atividades de transporte e navegação na região. Conforme destacado por Lopes (2017), “o trapiche foi erguido nos anos 1980, substituindo assim a longa escadaria de terra batida que antes desempenhava o papel de porto”. O referido trapiche já passou por algumas reconstruções no decorrer de alguns anos.

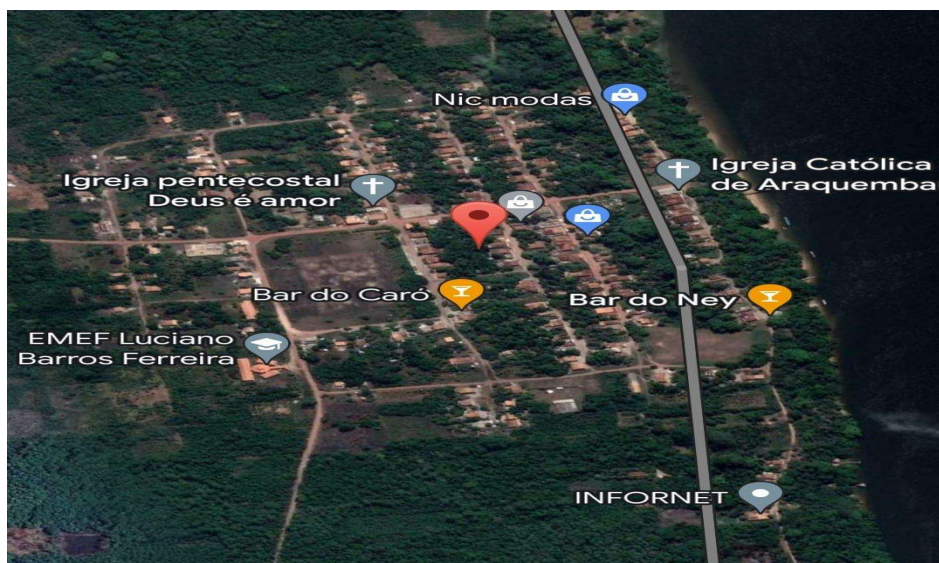
Imagem III - Porto da Trindade



fonte: Instagram da comunidade 09/11/2023

No que se refere à localização geográfica de Araquembaua no contexto geopolítico de Baião, conforme Reis (2013) a comunidade quilombola se encontra na zona rural, situada às margens da margem esquerda do Rio Tocantins. Se encontra numa área que é tanto patrimonial quanto territorial, fazendo fronteiras dos limites territoriais com as comunidades de Tapuruçu e Baixinha, e fazendo divisa com a comunidade de Cupu e áreas de propriedade coletiva.

Imagem IV - Um panorama via satélite da comunidade



Fonte: Google mapas 09/ 11/ 2023

Na comunidade atualmente existem sete ruas e várias travessas, encontramos uma diversidade de ocupações, incluindo trabalhadores rurais, pescadores, caçadores, funcionários públicos, pedreiros e muitos outros. Além disso, contamos com recursos e serviços essenciais, como órgãos de assistência à saúde, 1 posto de saúde, e uma UBS não concluída, duas escolas em funcionamento sendo, uma a escola polo da comunidade, e a outra utilizada para aulas particulares de reforço com os alunos.

Também fazem parte do nosso cenário a Colônia de Pescadores de Baião (Z-34), a Associação de Pescadores e a Associação dos Remanescentes de Quilombo (ARQIB). A comunidade abriga congregações católicas e evangélicas, bem como campos de futebol, incluindo um campo de futebol Society de terra chamado "Pueirão". Além disso, temos um ginásio esportivo ainda em construção parado, um mercado comunitário, dois barracões, um comunitário e outro pertencente à Igreja Católica. Quanto às opções de lazer e atividades físicas, contamos com duas academias particulares de pequeno porte, uma delas com um estilo mais rústico, construído principalmente com madeira e concreto e a outra academia padrão. Para transporte, dispomos de três barcos de linha particulares que fazem a rota entre a cidade e Araquembaua. A comunidade conta com eletricidade, graças ao Programa Luz Para Todos, e possui uma torre da (OI), além de acesso à internet via rádio e a cabo. Em termos de comércio, contamos com várias opções de varejo, incluindo pequenas lojas de roupas e diversos outros estabelecimentos que atendem às necessidades da nossa comunidade e uma pequena feira.

Imagem V - Campo de Futebol e Society Pueirão, Salão Comunitário, Igrejas Evangélicas, Comércios, barco e Feira da comunidade



Fonte: facebook da comunidade 09/01/2023

Com relação à economia da comunidade se baseia principalmente em atividades como a pesca de camarões e peixes, a coleta de recursos vegetais locais e o cultivo de culturas de subsistência, como mandioca, feijão, milho e arroz entre outros feitos para seu próprio consumo. Os produtos da pesca não apenas fornecem renda para as famílias, mas também desempenham um papel fundamental na alimentação dessas famílias.

Imagem VI - Peixes, Farinha, camarões, Milho, Açaí, doce de manga e cacau



Fonte: Instagram da comunidade

. A produção constante de farinha de mandioca, tanto para consumo próprio quanto para sustentar as famílias, é uma atividade central na comunidade. Essa produção não apenas atende às necessidades alimentares, mas também impulsiona as vendas nos comércios locais, gerando renda para as famílias e contribuindo para a dinâmica econômica da comunidade como um todo.

CARATERIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Araquembaua é uma instituição de ensino pública municipal, situada na quinta rua da comunidade de Araquembaua, uma localidade na zona rural do município de Baião, no estado do Pará.

Imagem VII - Escola municipal de ensino fundamental de Araquembaua



Fonte: pesquisa de campo 20/ 09/ 2023

No que se refere aos níveis de ensino a instituição oferece ensino nos níveis da educação fundamental, abrangendo os anos iniciais, anos finais, e também a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Imagem VIII - Apresentação de trabalhos relacionados a consciência Negra



Fonte: pesquisa de campo 09/ 11/ 2023

Com relação aos profissionais da escola conta com uma equipe dedicada, incluindo uma coordenadora pedagógica, uma coordenadora escolar, a equipe de ensino é formada por 16 professores, além disso a escola conta com 23 funcionários que desempenham funções diversas, contribuindo para o funcionamento eficaz da escola. A escola atende atualmente a 254 alunos matriculados divididos nos turnos matutinos, vespertinos e noturno.

Com relação aos recursos e serviços oferecidos pela escola para os alunos conta com alimentação escolar, água filtrada, energia da rede pública, Saneamento Básico (Fossa), destinação de lixo à queima e acesso à Internet.

Imagem IX - Sala de Aula, Pátio coberto, Corredor da escola



Fonte: pesquisa de campo 20/ 09/ 2023

Sobre a Instalações de ensino a escola possui 4 salas de aula para condução das atividades de ensino, sala de diretoria, sala de professores, cozinha, sala de secretaria, despensa, almoxarifado e pátio coberto. No que se refere a equipamentos a escola possui 1 notebook, 1 computador de mesa, 1 impressora, 1 aparelho de som e 1 data show.

3.2. MARCAS DA MEMÓRIA DOCENTE NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ARAQUEMBAUA

Neste estudo, realizamos entrevistas com um grupo selecionado de quatro professores que possuem experiência e envolvimento direto na comunidade quilombola, tornando-os recursos fundamentais para nossa investigação. Cada um desses professores traz consigo uma riqueza de perspectivas devido à sua diversidade em idade, formação acadêmica e experiência de ensino. A participação ativa e comprometida desses docentes foi fundamental para enriquecer nossa pesquisa, fornecendo uma compreensão, mas contextualizada da dinâmica educacional na comunidade quilombola. Sabendo que, a fala grafada no corpo do texto é essencial para que o leitor possa visualizar, analisar e comparar os dados relatados.

INFORMAÇÃO	PROFISSÃO	FORMAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO	TIPO DE CONTRATAÇÃO
<i>P1</i>	PROFESSORA	GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA	1 ANO	CONTRATADA
<i>P2</i>	PROFESSOR	GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA E LETRAS	16 ANOS	CONCURSADO
<i>P3</i>	PROFESSORA	GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA, PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA E CURSANDO ARTES-VISUAIS	17 ANOS	CONCURSADA
<i>P4</i>	PROFESSOR	GRADUAÇÃO EM LETRAS, PEDAGOGIA ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA	25 ANOS	CONCURSADO

Para alcançar resultados nos relatos dos entrevistados, preparamos pequenos tópicos contendo em cada tópico uma pergunta aplicada do questionário para coleta de informações sobre a educação quilombola na comunidade Araquembaua desta forma, a seguir apresentamos as respostas dos entrevistados. Quando questionados sobre a formação inicial e sua relação com a educação das relações étnico-raciais, através da seguinte pergunta: durante sua formação inicial teve alguma disciplina relacionada a História da África? A entrevistada *P1* respondeu “sim, na disciplina geografia e história principalmente em história foi abordado vários temas referentes a educação das relações étnicos racial sobre povos, cultura e suas tradições”. O entrevistado *P2* respondeu “não tive pelo que eu me recordo quando eu cursei”. A entrevistada *P3* respondeu “não teve, porque cursei em 2003 pedagogia”. O entrevistado *P4* respondeu “teve na licenciatura em pedagogia e na especialização em história e cultura afro-brasileiro”. Percebemos que a introdução da discussão da educação das relações étnico-raciais foi ocorrendo de forma lenta e gradual após a publicação da lei federal 10.639 de 2003.

Quando questionados sobre o conhecimento de alguma obra didática ou acadêmica que se trata das questões étnico-raciais. A entrevistada *P1* respondeu “sim, a obra diversidade étnico racial e as tramas da escrita, escrita por Osvaldo Mariotto Cerezer, Luiz Cezar Castrillon Mendes e Renilson Rosa Ribeiro. O entrevistado *P2* respondeu “sim, a literatura infantil Azizi o presente

precioso – o texto é de Lucimar lemos”. A entrevistada P3 nos diz “sim, uma obra acadêmica de uma aluna de Artes visuais Edna Monteiro Pinto aluna da PARFOR chamada Reconhecimento e Empoderamento feminino, que fala sobre o reconhecimento e empoderamento feminino que começa desde os cabelos e fala sobre a força da mulher negra”. O entrevistado P4 nos responde “sim, a história afro-brasileiro”. Percebemos que eles não mencionaram em suas respostas não mencionam a questão da educação quilombola, sabemos que existe uma extensa literatura bibliográfica deste campo de pesquisa¹.

No que se refere ao ensino da disciplina História e sua relação com a comunidade quilombola Araquembaua, os nossos entrevistados destacaram a seguinte questão dentro de suas respostas. A entrevistada P1 nos disse: “eu considero importante trabalhar com os alunos sobre respeito as diferenças sociais, sobre o preconceito religioso, a desigualdade racial trabalhar a questão da identidade própria deles dentro da nossa comunidade também”. O entrevistado P2 nos disse “considero importante ensinar sobre a identidade própria dos alunos dentro da comunidade que ele vive, trabalhando a conscientização da sua cor e etnia”. A entrevistada P3 respondeu “eu considero importante trabalhar com as crianças sobre a árvore genealógica, porque é fundamental porque permite às crianças compreenderem suas próprias raízes e conexões familiares. Ao explorarem suas árvores genealógicas, os alunos podem desenvolver um senso de identidade e pertencimento, ao mesmo tempo em que aprendem sobre diversidade e respeito às origens de seus colegas. Além disso, esta atividade pode promover a valorização das tradições familiares e culturais, ajudando as crianças a considerarem a importância da história de suas famílias na construção de quem são. O entrevistado P4 nos responde a seguinte perspectiva “a valorização das relações humanas levando em consideração a etnia das diferentes camadas sociais”. Nesse sentido, cabe-se afirmar a importância da identidade e da preservação da memória dentro da comunidade quilombola, pois, possibilita entender que somos sujeitos históricos, e com isso, construírem uma identidade de pertencimento local. Nessa direção de pensamento o pesquisador Samuel (1989) nos lembra,

¹ Por exemplo, temos como autores para debater a discussão quilombola no Brasil com extensa produção historiográfica dentro deste campo, sobre isso ver: Gomes (2006, 2015); Siqueira (2013); Moura (2013); Gomes (2013b); Lopes (2013).

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia mais imediata de passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. As categorias abstratas de classe social, ao invés de serem pressupostas, têm de ser traduzidas em diferenças ocupacionais e trajetórias de vidas individuais; o impacto da mudança tem de ser medido por suas consequências para certos domicílios. Os materiais básicos do processo histórico devem ser constituídos de quaisquer materiais que estejam à disposição no local ou a estrutura não se manterá (SAMUEL, 1989, p. 220).

A formação continuada dentro da discussão da educação das relações étnico-raciais torna-se um espaço interessante de construir novas perspectivas dentro da discussão da diversidade em uma sociedade multicultural, quando questionados sobre a formação continuada em torno da lei 10.639 de 2003, os entrevistados P1, P2, P3 e P4 responderam que não possuem. Concluímos também ser necessário pensar na Lei 10.639/2003 independentemente de sua obrigatoriedade. Tendo em vista as dificuldades encontradas pelos professores entrevistados, verificou-se uma insuficiência da História da África e Cultura Afro-brasileira no ensino de História na Escola de Ensino Fundamental na comunidade de Araquembaua. Se os saberes pedagógicos e curriculares não forem apropriados, tal ausência precisa ser suprida por cursos de formação continuada para as áreas específicas responsáveis pelo trabalho com essas temáticas. Podemos apontar como caminho metodológico para superar essa problemática a evidência de uma pedagogia interdisciplinar, a proposição de projetos escolares que valorizem a história da comunidade de Araquembaua. A perspectiva de temas geradores por fazer uma leitura da realidade social por meio a ação – reflexão – Ação (FREIRE, 1999) sendo a perspectiva central da pedagogia libertadora adotada pelo educador Paulo freire, pode ser interessante nesse sentido aproximar a educação quilombola da pedagogia freiriana, na referida comunidade pesquisada, e com isso, construir novos lugares e olhares para os sujeitos sociais e sua relação com a comunidade, pois, cultura, educação e sociedade são indissociáveis nesse processo.

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura (FREIRE, 1999, p. 51)

Prosseguindo com a pesquisa desenvolvida, os entrevistados foram questionados a partir da seguinte pergunta sobre como é sua prática envolvendo a educação das relações étnico-raciais na comunidade quilombola de Araquembaua. A entrevistada P1 nos responde “minha prática é trabalhando com os alunos sobre as culturas, sobre a valorização e respeito entre as pessoas não importa a classe

social”. O entrevistado P2 nos argumenta assim, “eu trabalho dentro da sala de aula envolvendo as relações étnico-racial envolvendo acultura afro brasileira e a própria da comunidade, levando os alunos a conhecer sua própria identidade”. A entrevistada P3 assim no diz “minha prática é tentar mostrar para eles a importância da valorização da comunidade do que é deixado pelos ancestrais, os avós e bisavós”. O entrevistado P4 nos fala “minha prática é trabalhando com os alunos a valorização, respeito e igualdade”. Percebemos que a discussão da ancestralidade é importante para debater a questão da identidade e da cultura de pertencimento do lugar, conforme destaca a pensadora Bell Hooks,

A ideia de lugar – ao qual pertencemos – é um assunto recorrente para muitos de nós. Queremos saber se é possível viver em paz em algum lugar do mundo. É possível tolerar a vida? Podemos adotar um ethos sustentável que não envolva apenas o devido cuidado com os recursos naturais mais também a criação do significado, de uma vida que valha a pena ser vivida? Uma canção de Tracy Champan expressa esse anseio ao repetir: “Quero acordar e saber para onde estou indo. Toda vez que viajo, fico atordoada ao ver que muito estadunidenses se sentem perdidos, sem direção, como se não conseguissem enxergar para onde essa jornada nos leva, como se não soubesse qual seu rumo. Muita gente não tem senso de lugar, mas, sim, um senso de crise, de desgraça iminente. Até mesmo os idosos, que viveram muitas e muitas décadas, dizem que hoje a vida é diferente, “estranha demais”, que o nosso mundo é de “excessos” – e que esses excessos criam uma personalidade arredia, uma angústia diária que molda os hábitos daqueles que estão perdidos, vagando por aí, procurando algo (HOOKS, 2022, p. 21).

Nesse sentido, queremos reivindicar o legado das culturas quilombolas são trajetórias importantes da História do Pará, e por que não dizer, também da História do Brasil. A escola quilombola de Araquembaua tem uma função social importante dentro da região tocantina, pois, possibilita os sujeitos afrodescendentes deste lugar seja no passado ou presente, precisam através da memória construir-se enquanto sujeitos que possuem uma identidade social e cultural, e uma história a ser contada e problematizada dentro do espaço escolar quilombola.

A cosmologia de pertencimento oferece uma porta de entrada interessante para pensar outras relações também estabelecidas no interior do espaço amazônicos, portanto, os nossos entrevistados P1, P2, P3 e P4 possibilitam através sua realidade social e educacional construir uma leitura da realidade tocantina, onde “todas as pessoas – independente de qual lugar chamam de lar – possam ter uma vida plena e satisfatória, onde todos a sensação de pertencer” (HOOKS, 2021, p. 9).

Posteriormente, os nossos entrevistados foram perguntados dentro da perspectiva da história da comunidade quilombola de Araquembaua. Assim, a entrevista P1 respondeu “conheço da história da comunidade segundo o que os mais antigos da comunidade nos contavam é sobre a origem do nome primeiramente da nossa comunidade quilombola que segundo o que eles nos contavam que aqui se habitou um pequeno povoado indígena e que tinha o cacique chamado “Araquem” e a uma índia chamada “Baua” então quando começou a ser povoado aqui na comunidade quando os primeiros moradores construíram suas casas aqui, tiveram que eleger um nome pra comunidade que até então não tinha, então através desses dois indígenas que o cacique “Araquem” e a índia “Baua”, fizeram a junção dos dois e ficou Araquembaua.” O entrevistado P2 assim complementa, que “conheço sobre a história da nossa comunidade é sobre o surgimento do nome da nossa comunidade que segundo os, mas velhos nos contavam a história de que aqui passaram um casal indígenas, que tinha um cacique chamado “Araquem” e uma Índia com o nome de “Baua” então fizeram a junção dos dois nomes e ficou Araquembaua, porque aqui começou a ser povoado pelos moradores e precisaria pensar em um nome para comunidade. A comunidade ela tem uma grande diversidade de negros refugiados, que naquela época da escravidão se refugiaram aqui para fugir dos mal tratos da própria escravidão então se habitavam aqui na comunidade também, e foi crescendo o povoado. A entrevistada P3 assim nos fala “conheço sobre a história do surgimento do nome da comunidade que segundo os antigos relatavam moravam uma família indígena em que o cacique se chamava “Araquem” e sua esposa “Baua”, aí com o passar dos anos houve a necessidade de escolher o nome para o vilarejo entre muitos citados fizeram a junção dos dois nomes Araquem+Baua se tornando assim Araquembaua. O entrevistado P4 assim nos diz que “a história da comunidade Araquembaua tem mais de 400 anos o nome é indígena mais o povoado é quilombola, segundo os mais antigos da comunidade dizia que nesse lugar passou uma tribo de indígena muito pequena e que o Cacique se chamava “Araquem” e a sua mulher era “Baua”, com o povoamento houve a necessidade de obter um nome que caracterizassem com suas origens, ouve moradores que contava sobre esse fato acontecido há muitos anos. Então os moradores chegaram a uma conclusão em colocar um nome sendo a junção dos dois nomes Araquem+Baua= Araquembaua, e

aconteceu no início do século XIX. Ele também dizia que a comunidade de Araquembaua começou a ser anunciada com os festejos da Santíssima Trindade dos Inocentes, aproximadamente nos anos de 1801, quem relata isso é Porfirio de Paula dos Reis”. Portanto, o professor da comunidade quilombola precisa conhecer a história da comunidade como lugar de pertencimento desta região paraense, o ensino de história local e regional, torna-se através da fala dos nossos entrevistados um importante espaço de reflexão crítica sobre as relações estabelecidas no passado e os desafios do presente em torno da comunidade Araquembaua.

Quando os entrevistados foram questionados: você trabalha a discussão da educação das relações étnico-raciais de forma interdisciplinar? A entrevistada P1 respondeu “sim”. O entrevistado P2 disse “sim, trabalho junto das disciplinas que eu ministro”. A entrevistada P3 disse “sim, na disciplina de história” e o entrevistado P4 disse “sim, relaciona com várias disciplinas”. Cabe-se fazer uma reflexão que os professores não aprofundam como trabalham a discussão interdisciplinar dentro da comunidade quilombola Araquembaua. No entanto, podemos articular a discussão desenvolvida por Ivani Fazenda (1995) quando nos faz a seguinte reflexão sobre o uso da interdisciplinaridade na educação, assim, a pesquisadora afirma,

[...] pontos de encontro e cooperação das disciplinas que formam as ciências humanas e da influência que umas exercem sobre outras, seja do ponto de vista histórico, seja do filosófico. São analisados os problemas e os campos de estudo mais significativos, além de mostrar certas relações existentes entre ciências naturais e as humanas (FAZENDA, 1995, p. 27-28)

Espera-se que articular a temática da educação das relações étnico-raciais dentro da comunidade quilombola do Araquembaua, possa ser visto como um trabalho pedagógico permanente, e não ser visto como tema transversal, ou que esteja associado a chamada pedagogia do evento, assim, o uso da interdisciplinaridade dentro da discussão da educação das relações étnico-raciais possa se tornar um espaço de diálogo que promova a reflexão crítica e consciente da realidade local.

Os entrevistados foram perguntados a articulação da história da comunidade Araquembaua dentro do processo de ensino e aprendizagem. A entrevistada P1 assim nos diz “abordando temáticas com apresentação de trabalho referente a nossa comunidade”. O entrevistado P2 responde “através

de pesquisa de campo com os alunos e exposição da pesquisa realizada em sala de aula”. O entrevistado P3 assim nos que “poderia trabalhar falando dos povos originários porque na comunidade tínhamos a mistura dos dois mais os indígenas foram embora e vieram os negros refugiados que se refugiaram aqui e se disseminaram formando famílias. O entrevistado P4 nos fala “através de pesquisas de campo com os alunos resgatando histórias de suas comunidades e com exposições dos trabalhos feitos”. Percebemos pela fala dos entrevistados que a relação ensino e pesquisa como abordagem didática e pedagógica interessante para trabalhar a história local torna-se uma metodologia de aprendizagem dentro da comunidade de Araquembaua, pois, apresentam uma forma de interpretar a realidade social a partir da comunidade quilombola. Nessa direção, cabe-se novamente fazer necessário perceber a importância da história local na narrativa escolar.

Assim, o uso da História Local tem como objetivo essa relação temporal e de proximidade contextual junto aos estudantes, a partir de fontes históricas relacionadas ao conteúdo histórico, que são apresentados aos estudantes e analisados por eles a fim de realizarem a literacia histórica, ou seja, a forma de interpretar o mundo, fundamentos nestas fontes selecionadas, proporcionando uma dimensão de sentido histórico. A construção de um currículo mais humanizado, pautado no senso crítico, tendo como centro os sujeitos da Educação Básica, preocupa-se com a perspectiva de uma análise cultural local, um olhar atento para sua própria história, entendendo esses sujeitos como fruto de seu próprio meio e pertencentes a eles (BERKER, RIBAS & URBAN, 2023, p. 44-45).

Com isso, espera-se que a trajetórias silenciadas de quilombos e quilombolas dentro do currículo escolar das escolas voltadas para esse grupo social específico possam construir novos olhares de forma humanizada sobre a prática pedagógica e com isso possibilitam construir o meu lugar no mundo a partir de um ponto de partida. A comunidade do Araquembaua tem uma historicidade a ser contada dentro desse processo.

Os professores foram questionados sobre sua abordagem pedagógica dentro da entrevista realizada, quando foram indagados a partir da seguinte perspectiva como você adapta sua abordagem pedagógica para incluir a história e cultura não apenas da comunidade quilombola de Araquembaua, mas também de outras comunidades quilombolas brasileiros em suas aulas? A entrevista P1 responder que realiza esse processo “abordando sempre temas que visa não só falar da comunidade em que o aluno vive, mas sim relacionar a outras

comunidades quilombolas do Brasil”. O entrevistado P2 afirmou usar essa estratégia “através de estudos sobre outras culturas utilizando vídeos para conhecer a realidade de outras comunidades”. A entrevistada P3 diz “trabalhando com imagens fazendo o pareamento para as crianças diferenciarem o que tem de diferente em outras comunidades”. O entrevistado P4 articula a discussão perguntada “trabalhando com os textos regionais contextualizando com os alunos a nossa realidade”. Portanto, cabe-se fazer uma consideração da importância de construir histórias conectadas dentro do espaço escolar através do uso de diferentes escalas de abordagens que integram o local, o regional e o nacional. Faz-se importante “(...) diminuir o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama” (REVEL, 1998, p. 20)

Por outro lado, quando perguntados como você envolve os estudantes na pesquisa e na coleta de histórias e tradições orais da comunidade quilombola, incentivando a participação ativa nesse processo? A entrevistada P1. O entrevistado P2 afirma “trabalhando com os alunos através das pesquisas formando assim equipes para coletar dados das pessoas mais velhas da nossa comunidade e das comunidades vizinhas incentivando os alunos para que eles participem sempre desse processo”. A entrevistada P3 nos fala “através das saídas que fazemos com os alunos, formamos grupos e saímos para eles visualizarem o espaço, depois levarem para casa as anotações e apresentarem em sala de aula o que eles visualizaram”. O entrevistado P4 nos coloca “envolvendo os alunos com as pesquisas na busca de dados históricos e desconhecidos”. Fica-se evidente dentro da comunidade quilombola do Araquembaua a ensino e aprendizagem através da pesquisa, pois, possibilita construir uma dinamicidade na prática pedagógica. O pesquisador Pedro Demo (2015) nos lembra da importância de construirmos na educação básica professores-pesquisadores, pois, é preciso educar pela pesquisa e que é condição da educação que o docente atue, também, como pesquisador.

Pedro Demo (2015), assim nos diz

O que melhor distingue a educação escolar e universitária é a sua instrumentalização pela pesquisa. Por outro lado, se não aparecer essa instrumentalização, ficará sem distintivo próprio. Não se diferenciando de outros lugares educativos da sociedade. Educar pela pesquisa do conhecimento. Este é o meio, educação não é o fim. Significa também não separar os dois componentes dele, ou seja, a pesquisa não se basta em ser o princípio educativo. Não se faz antes pesquisa, depois

educação, ou vice-versa, mas no mesmo processo, educação através da pesquisa (DEMO, 2015, p. 98).

Perguntamos aos entrevistados o seguinte questionamento: além do currículo obrigatório, quais atividades extracurriculares ou eventos educacionais são organizados para promover a conscientização sobre as comunidades quilombolas e suas contribuições para a sociedade? A entrevistada P1 respondeu que “sim, a escola promove eventos para falar e conscientizar os alunos sobre diversidade cultural que existe no Brasil, inclusive agora em novembro o nosso tema é: Identidade quilombola que vamos trabalhar com os alunos, vai acontecer palestras e cada equipe vai ficar com um tema relacionado ao tema central, envolvendo plantas medicinais, artesanatos entre outros”. O entrevistado P2 respondeu que “são as palestras que acontecem na escola e trabalho de campo, agora em novembro vamos trabalhar sobre a identidade quilombola, em que cada equipe vai apresentar um tema relacionado ao tema central, dessa forma promovendo com os alunos os resgates de nossa comunidade e culturas, como produção de utensílios artesanais de barro, danças folclóricas, plantas medicinais entre outras coisas, no final acontece desfiles das produções feitas e vendas de comidas típicas. A entrevistada P3 disse “são feitos em novembro eventos na escola, com palestras para conscientizar nossos alunos, apresentação de trabalhos relacionados ao tema”. O entrevistado P4 afirmou “sim, na semana da consciência negra a escola promove eventos para resgate da culinária, artesanatos, cerâmicas, exposição de trabalhos sobre as plantas medicinais”. Percebemos pela fala dos nossos entrevistados que ainda existe a persistência de uma pedagogia do evento dentro da prática pedagógica quilombola na comunidade Araquembaua, através da data comemorativa do dia 20 de novembro, quando se rememora através do chamado “dia consciência negra”, sendo reafirmada através da morte líder africano Zumbi dos Palmares. Para além desta simbologia, podemos avançar através da pedagogia de projetos, bem como de uma construção permanente de debates em torno da discussão étnico-racial nos espaços escolares e não escolares. Precisamos ampliar o foco da discussão das identidades, não limitando-se a datas comemorativas dentro do espaço escolar, mas que seja uma cultura escolar permanente. Por exemplo, Rocha (2013) destaca que o grande determinante das diretrizes é trabalhar a consciência histórica e política da diversidade, buscando

ampliar o foco do currículo, promovendo ações de igualdade étnico-racial e fortalecendo identidades (ROCHA, 2013, p. 122).

A ideia é propor atividades/projetos que possam ser realizados nas escolas de Ensino Fundamental, EJA e Ensino Médio. Alerto que não acredito em ações pontuais, restritas a determinado dia, ou momento de sala de aula, ou comemoração especial. Considero essas ações tranquilizadoras de consciência, como por exemplo: “já trabalhei: em 08 de março, discuto a questão da mulher, em 19 de abril, discuto a questão do índio, em 13 de maio ou 20 de novembro discuto a questão do negro. Não quero mais pensar sobre isso! (Rocha, 2013, p. 124)

Quando os entrevistados foram perguntados em relação aos alunos os professores da comunidade oferecem a mesma atenção as chamadas crianças brancas e as crianças negras, os nossos entrevistados afirmaram que todos possuem o mesmo tratamento dentro da comunidade quilombola. Por fim, quando os professores foram perguntados sobre a estrutura da escola quilombola, no que se refere aos murais da unidade escolar, em termos de imagens, se eles contemplam a diversidade étnico-racial da comunidade escolar. Se são realizadas oficinas e outras atividades sobre essa temática para os/as estudantes? A entrevistada P1 respondeu “sim, São realizados todos os anos”. O entrevistado P2 nos disse “sim, todos os anos são usados palestras e trabalhos em sala de aula envolvendo esse tema, são tirados uma semana para se trabalhar as oficinas e palestras que se diz o nome da semana da igualdade racial.” A entrevistada P3 nos afirma “sim, em partes porque na escola tem na parte da entrada imagens, mas nos corredores não tem então tentamos usar imagens dentro da sala de aula e todos os anos acontecem oficinas e palestras na escola”. O entrevistado P4 nos disse “sim, todos os anos acontecem”. Percebemos que se reafirma a pedagogia do evento dentro das respostas dos professores entrevistados de nossa pesquisa, precisamos pensar dentro de uma pedagogia de projetos por temas geradores, por exemplo, sendo um eixo articular estruturante das ações da comunidade quilombola Araquembaua através da escola que perpasse ações contínuas durante o ano letivo, para que não se torne ações pontuais durante o ano letivo. A pesquisadora Maria Elizabeth Almeida (2002) destaca a importância de projetos dentro da prática educativa, quando nos afirma

“(…) que o projeto rompe com as fronteiras disciplinares, tornando-as permeáveis na ação de articular diferentes áreas de conhecimento, mobilizadas na investigação de problemáticas e situações da realidade. Isso não significa abandonar as disciplinas, mas integrá-las

no desenvolvimento das investigações, aprofundando-as verticalmente em sua própria identidade, ao mesmo tempo, que estabelecem articulações horizontais numa relação de reciprocidade entre elas, a qual tem como pano de fundo a unicidade do conhecimento em construção” (ALMEIDA, 2002, p.58).

3.3. O PAPEL DA MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA QUILOMBOLA.

A memória desempenha um papel central na construção da narrativa quilombola, que se refere às histórias, experiências e identidades das comunidades quilombolas no Brasil e em outros lugares. As comunidades tradicionais têm uma história rica e complexa, caracterizada por lutas, resistência, cultura e tradição.

As comunidades quilombolas possui uma relação com território e a ancestralidade enraizadas em determinado lugar (Marin, 2004). Compreendemos que através da memória pode ser um espaço de preservação da História daquele lugar, recuperando afetos, tradições de agentes envolvidos. A memória é uma ferramenta vital para preservar a história das comunidades quilombolas. Ela permite que as gerações mais antigas transmitam suas experiências e conhecimentos às gerações mais jovens. Isso ajuda a manter viva a história das comunidades, incluindo suas origens, lutas e conquistas ao longo do tempo.

A memória é essencial para a construção e manutenção da identidade cultural quilombola (O'dwyer, 2002). Ela inclui lembranças de práticas culturais, músicas, danças, tradições religiosas, culinária e outras manifestações culturais específicas das comunidades. Essas lembranças ajudam a definir quem são e o que valorizam como grupo cultural. Portanto, espera-se que a escola quilombola seja um lugar que reforce a identidade cultural daquela população tradicional ao qual está inserida.

Conhecer a história de resistência e luta dos povos tradicionais da Amazônia, em especial na cidade de Baião, é trazer para o centro do debate histórias escritas e invisibilizadas, que estão nas margens da história oficial (Burke, 1992). As comunidades quilombolas têm uma história de resistência contra a escravidão, o preconceito racial e a discriminação. A memória dessas lutas passadas inspira e fortalece as comunidades em suas lutas atuais por reconhecimento, território, direitos e justiça social. Ela também ajuda a manter

viva a memória de líderes quilombolas que desempenharam papéis importantes nessas lutas.

Portanto, consideramos importante a educação escolar quilombola como espaço de luta e resistência das comunidades afrodescendentes no Brasil hoje, no caso da comunidade Araquembaua localizada no baixo Tocantins, no município de Baião, torna-se um espaço para construir uma leitura contra-colonial dentro deste território. As teias ancestrais precisam estar presente na formação política e pedagógica dentro da comunidade quilombola pesquisada, pois, “é contando histórias, nossas próprias histórias, o que nos acontece e o sentido que damos ao que nos acontece, que nos damos a nós próprios uma identidade no tempo” (LARROSA, 1994, p. 35).

A transmissão de conhecimento é fundamental para continuar mantendo as tradições de um determinado lugar, por isso, a memória é um veículo para a transmissão de conhecimento tradicional de geração em geração (Meihy; Seawright, 2021, p. 26). Isso inclui conhecimentos sobre agricultura, medicina tradicional, técnicas de construção, artesanato e outros aspectos práticos da vida cotidiana nas comunidades quilombolas.

Portanto, cabe-se uma reflexão neste trabalho de conclusão de curso, que narrativas de professores através da questão dos conhecimentos quilombolas são veiculadas na escola municipal de ensino fundamental de Araquembaua? Torna-se uma reflexão importante em nosso atual contexto de terceiro governo Luís Inácio Lula da Silva (2023 -) em que a discussão das terras quilombolas ganham novos olhares e perspectivas através do Ministério da Igualdade Racial (MIR). Foram lançados decretos e portarias em 2023 como tentativa de reincluir a discussão dos territórios quilombolas na agenda governamental².

² A portaria de pessoal nº 415 de 29 de junho de 2023 no seu parágrafo 1º afirma constituir EQUIPE NACIONAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL QUILOMBOLA, para elaborar e desenvolver as atividades de licenciamento ambiental na Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ, apoiando em seu gerenciamento. O decreto nº 11.477 de 21 de março de 2023 institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor. A portaria FCP nº 75, 5 de abril de 2023 instituiu o Cadastro Geral de Remanescente dos Quilombos e estabeleceu os procedimentos para expedição da Certidão de autodefinição na Fundação Cultural Palmares; reprimiu a Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007, que instituiu o Cadastro Geral de Remanescente das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Pretos, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003 e institui Grupo de Trabalho.

Portanto, compreendemos que as narrativas quilombolas são frequentemente baseadas em memórias e histórias orais. A memória pessoal e coletiva é usada para criar narrativas que explicam a origem da comunidade, sua relação com a terra, suas crenças espirituais e sua conexão com a história mais ampla do Brasil. O pesquisador José Bom Meihy defende a importância de conduzir entrevistas narrativas, nas quais os entrevistados são encorajados a contar suas histórias de vida e experiências de maneira detalhada e contextualizada. Isso ajuda a capturar não apenas os fatos, mas também as perspectivas e as emoções dos entrevistados.

Meihy argumenta que as fontes orais não devem ser consideradas menos confiáveis do que as fontes escritas, mas sim como complementares. O pesquisador destaca que as histórias orais podem oferecer insights únicos e informações valiosas que não podem ser encontradas em documentos escritos. Meihy enfatiza a importância de interpretar os relatos orais dentro de seus contextos sociais, culturais e históricos. Isso significa considerar o contexto em que as histórias foram contadas, as motivações dos entrevistados e como a memória e a subjetividade podem influenciar os relatos. Meihy aborda a política da memória, ou seja, como as narrativas orais podem ser usadas para promover justiça, reconciliação e reconhecimento de grupos marginalizados ou oprimidos na sociedade.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Datas Comemorativas, mas não somente isso! Diversidade sempre presente na sociedade e na escola quilombola.

O referido trabalho teve como fonte de pesquisa os professores da comunidade quilombola de Araquembaua com objetivo de conhecer e analisar a educação quilombola na escola. Usamos também fotos da comunidade quilombola Araquembaua, além da legislação vigente em torno da educação quilombola e da educação das relações étnico-raciais. Com ênfase nos debates relacionados à Lei 10.639/2003. Além disso, buscou-se compreender e explorar as discussões sobre memórias docentes, cultura de pertencimento e identidade presentes na comunidade quilombola, analisando como esses elementos influenciam a construção do currículo educacional a partir da referida legislação.

Esse debate que se coloca em discussão a educação quilombola é um debate antirracista e anticolonialista, reconhecemos que a luta contra o racismo e o colonialismo não é apenas uma questão de discurso, mas sim uma necessidade urgente para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. Esta reflexão sobre a educação quilombola se insere em um contexto mais amplo, contribuindo para a desconstrução de narrativas eurocêntricas e para a promoção de práticas educacionais que respeitam e celebram a diversidade cultural e étnica do povo quilombola.

O estudo, originou da necessidade de compreender como a narrativa quilombola está inserida no ambiente escolar, focou-se na temática "A Narrativa Quilombola na Escola Municipal de Ensino Fundamental na Comunidade de Araquembaua, no Município de Baião.

Percebemos nas entrevistas importantes reflexões sobre a implementação da Lei 10.639/2003, e evidenciam uma introdução gradual da discussão da educação das relações étnico-raciais, especialmente após a publicação da referida lei. A presença ou ausência de disciplinas específicas sobre História da África na formação inicial dos docentes, assim como o conhecimento de obras didáticas ou acadêmicas destacam não apenas as lacunas existentes na implementação dessa legislação, mas também evidenciam a importância de se repensar e fortalecer as práticas pedagógicas voltadas para a promoção da diversidade étnico-racial.

No entanto, percebe-se a necessidade de avançar na incorporação efetiva desses conteúdos no currículo, principalmente no que diz respeito à história e cultura quilombola. Desse modo destaque alguns pontos relevantes, fica evidente que, apesar dos esforços dos professores em abordar temas étnico-raciais, há desafios a serem superados, como a predominância de ações pontuais em eventos específicos, em vez de uma integração contínua no currículo, a necessidade de ampliar a discussão para além de datas comemorativas, como a Semana da Consciência Negra, é crucial. Queremos afirmar que não somente em datas comemorativas deve debater a questão da identidade e cultura de pertencimento local, podemos avançar em 2023 dentro desse debate. A pedagogia de projetos e a integração interdisciplinar surgem como estratégias promissoras para incorporar a história e a cultura quilombola de forma mais aprofundada e constante no cotidiano escolar.

Portanto, a pesquisa aponta para avanços e desafios na promoção da educação quilombola em Araquembau. Nossa pesquisa aponta alguns caminhos que podem ser implementadas e de forma dialogada com a comunidade escolar e quilombola de Araquembau, a saber: a implementação da legislação vigente de forma atualizada inclusive com a atualização da lei de cotas, a valorização da história local, a formação continuada dos professores e a ampliação das ações ao longo do ano por meio de projetos interdisciplinares, são aspectos que merecem atenção para construir uma prática pedagógica mais inclusiva e comprometida com a diversidade cultural e étnico-racial.

Além disso, as respostas dos entrevistados indicam uma lacuna na abordagem da educação quilombola em relação à Lei 10.639/2003, especialmente no que diz respeito à educação quilombola. Por isso possíveis investigações futuras poderiam explorar mais a fundo como as diretrizes dessa lei são implementadas, identificando possíveis barreiras e propondo soluções para uma efetiva inclusão da temática para aprimorar e fortalecer a presença da história e da cultura quilombola no ambiente educacional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria. **Como se trabalha com projetos**. Revista Tv Escola, 2002.
- BECKER, Geraldo; RIBAS, Cristina; URBAN, Ana. **História Local: possíveis diálogos entre teoria e prática**. In: Gonçalves, Nádia; Urban, Ana. Ensino de História: contribuições a partir da história local. Curitiba: Appris, 2023.
- BOTELHO, Denise. **Lei 10.639/2003 e educação quilombola**. Secretaria de Educação a Distância. Educação Quilombola-2007/ PGM5.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos**. Apresentação dos temas transversais/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB 16 de 2012.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola – DCNEQ. 2012.

BRASIL. **Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica- DCNs. 2010.

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BURKE, Peter. **A escrita da História.** São Paulo: UNESP, 1992.

CONAQ. **Nossa História. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.** 2020.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa.** São Paulo: Autores Associados, 2015.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** Campinas: Papirus, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios.** Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun. 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, Nádia; URBAN, Ana. **Ensino de História: contribuições a partir da história local.** Curitiba: Appris, 2023.

GOMES, Flávio. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil.** Rio de Janeiro: Enigma Brasileira, 2015.

_____. **Histórias de Quilombolas.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Verônica. **Organização Social e Festas Como Veículos de Educação Não-Formal. Secretaria de Educação a Distância.** Educação Quilombola-2007/PGM3.

GOMES, Nilma. **Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões.** In: Gomes, Nilma. Um olhar das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: autêntica, 2007.

GUIMARÃES, Antônio. **Identidades negras no Brasil: ideologias e retóricas.** In: Sallum Jr, Brasília; Schwarcz, Lilia; Vidal, Diana; Catani, Afrânio. Identidades. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2016.

HOLANDA, Nadiane Chaves Pereira de. **Identidade, ensino de História e educação escolar quilombola: reflexões históricas a partir de uma escola quilombola urbana na comunidade de Paratibe/João Pessoa-PB (c. 2012-2020)**. 2021. 272f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Profhitoria) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

HOOKS, Bell. **Pertencimento: uma cultura do lugar**. São Paulo: Elefante, 2022.

LARROSA, Jorge. **Tecnologias do eu e educação**. In: Silva, Tomaz Tadeu da. (Org.). O sujeito da educação. Estudos foucaultianos. Rio de Janeiro, Vozes, p. 35-86, 1994.

LOPES, Ana Lucia. V. **Kalunga, escola e identidade – experiências inovadoras de educação nos quilombos**. Secretaria de Educação a Distância. Educação Quilombola-2007/ PGM4.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **O ofício de Cartógrafo: travessias Latino-Americanas na comunicação da cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MATTOS, Hebe. **O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil**. In: Abreu, Martha; Soihet, Rachel. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

MEIHY, José; SEAWRIGTH, Leandro. **Memórias e Narrativas: história oral e aplicada**. São Paulo: Contexto, 2021.

MYNAIO, Cecília. **A pesquisa qualitativa**. São Paulo: Atlas, 2014.

MOURA, Gloria. **Quilombo: Conceito**. Secretaria de educação a Distância. Educação Quilombola- 2007/PGM 2.

NEVES, Ana Maria. **Interações: raízes históricas brasileira**. São Paulo: Blucher, 2012. [coleção InterAções].

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Os quilombos e a Educação**. o. Ministério da Educação. Valores afro-brasileiro na educação – 2005 / PGM5.

SOUZA JUNIOR, Vilson Caetano de; SILVA, Antônio Aparecido Silva da (Org.). **Uma dívida, muitas dívidas: os afro-brasileiros querem receber**. São Paulo: Loyola, 1998.

O'DWYER, Eliane. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA, Bárbara. **Saberes Tradicionais de saúde**. Secretaria de educação a distância. Educação Quilombola – 2007/PGM2.

REIS, João J. & Gomes, Flávio S. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SAMUEL, Raphael. **História Oral e História Local**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 9, nº 19, pp. 219-243, set. 89/fev. 90.

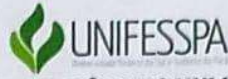
TROQUEZ, Marta Coelho Castro. **Discurso oficial para o tratamento da diferença indígena na educação nacional: “valorizar a diversidade!** In: MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira; TROQUEZ, Marta Coelho Castro (org..). Educação das relações étnico-raciais: caminhos para a descolonização do currículo escolar. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018, p. 43-59.

REIS, P. P dos. **Alfabetização e letramento na formação cultural da comunidade de Araquembaua – Baião (PA)**. Trabalho de Conclusão de Curso. UFPA. Cametá.

LOPES, Carla J. O. **O território quilombola de Araquembaua, Baião-PA**. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IFCH, Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2017.

ANEXOS

Questionário de perguntas



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - FACED
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

**QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE INFORMAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO
QUILOMBOLA NA COMUNIDADE ARAQUEMBAUA**

PROFESSOR _____

1. Qual sua formação acadêmica?
2. Quanto tempo você tem de docência?
3. Durante a sua formação inicial teve alguma disciplina relacionada a discussão da história da África?
4. Você conhece alguma obra didática ou acadêmica que trate da educação das relações étnico-raciais?
5. O que você considera importante ensinar dentro da sua disciplina?
6. Você possui alguma formação continuada dentro da lei 10.639 de 2003?
7. Como é sua prática envolvendo a educação das relações étnico-raciais?
8. O que você conhece da história da comunidade quilombola Araquembaua?
9. Você trabalha a discussão da educação das relações étnico-raciais de forma interdisciplinar?
10. Como você poderia trabalhar a história da comunidade local no seu espaço de ensino e aprendizagem?
- ✕ 11. Como você adapta sua abordagem pedagógica para incluir a história e cultura não apenas da comunidade quilombola Araquembaua, mas também de outras comunidades quilombolas brasileiras em suas aulas?
12. Como você envolve os estudantes na pesquisa e na coleta de histórias e tradições orais das comunidades quilombolas, incentivando a participação ativa dos alunos nesse processo?

13. Além do currículo obrigatório, quais atividades extracurriculares ou eventos educacionais são organizados para promover a conscientização sobre as comunidades quilombolas e suas contribuições para a sociedade?

14. Em relação aos alunos você oferece o mesmo nível de atenção as crianças Brancas e Negras?

15. Os murais da unidade escolar, em termos de imagens, contemplam a diversidade étnica racial da comunidade escolar. São realizadas oficinas e outras atividades sobre essa temática para as/os estudantes?



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - FACED
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) do estudo/pesquisa intitulado "A narrativa quilombola na E.M.E.F. na comunidade Araquembaua no município de Baião", conduzida pela discente Toniele da Trindade dos Prazeres e orientado pelo professor Dr. Davison Hugo Rocha Alves na Faculdade de Ciências da Educação - FACED pertencendo à instituição UNIFESSPA do Campus Universitário de Marabá.

Este estudo tem por objetivo conhecer e analisar a educação quilombola na escola municipal de ensino fundamental Araquembaua. Você foi selecionado (a) por estar desenvolvendo suas atividades dentro da temática pesquisada. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. A sua participação neste estudo é importantíssima. Informamos também que a sua participação não é remunerada nem implicará em gastos ou quaisquer prejuízos para você. Seguem os telefones e o endereço institucional do professor responsável, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação nela, agora ou a qualquer momento. Contatos do pesquisador responsável Toniele da Trindade dos Prazeres; E-mail: tonieletrindade@gmail.com; Telefone para contato: 091999621967 e do orientador **Davison Hugo Rocha Alves**; E-mail: davison.rocha@unifesspa.edu.br; Telefone para contato: 091988982314; Número da FACED é (94) 21017127 ou (94) 21011009. Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Marabá, Pará, 24 de Setembro de 2023.

Assinatura do (a) participante:

* Domingos da Silva Lisboa

Assinatura da pesquisadora:

Toniele da Trindade dos Prazeres
Toniele da Trindade dos Prazeres

Assinatura do Orientador:

Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - FACED
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) do estudo/pesquisa intitulado "A narrativa quilombola na E.M.E.F. na comunidade Araquembaua no município de Baião", conduzida pela discente Toniele da Trindade dos Prazeres e orientado pelo professor Dr. Davison Hugo Rocha Alves na Faculdade de Ciências da Educação - FACED pertencendo à instituição UNIFESSPA do Campus Universitário de Marabá.

Este estudo tem por objetivo conhecer e analisar a educação quilombola na escola municipal de ensino fundamental Araquembaua. Você foi selecionado (a) por estar desenvolvendo suas atividades dentro da temática pesquisada. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. A sua participação neste estudo é importantíssima. Informamos também que a sua participação não é remunerada nem implicará em gastos ou quaisquer prejuízos para você. Seguem os telefones e o endereço institucional do professor responsável, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação nela, agora ou a qualquer momento. Contatos do pesquisador responsável Toniele da Trindade dos Prazeres; E-mail: tonieletrindade@gmail.com; Telefone para contato: 091999621967 e do orientador **Davison Hugo Rocha Alves**; E-mail: davison.rocha@unifesspa.edu.br; Telefone para contato: 091988982314; Número da FACED é (94) 21017127 ou (94) 21011009. Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Marabá, Pará, 20 de Setembro de 2023.

Assinatura do (a) participante:

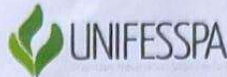
* Caroline Cabral Dias

Assinatura da pesquisadora:

Toniele da Trindade dos Prazeres
Toniele da Trindade dos Prazeres

Assinatura do Orientador:

Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves



INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - FACED
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) do estudo/pesquisa intitulado "A narrativa quilombola na E.M.E.F. na comunidade Araquembaua no município de Baião", conduzida pela discente Toniele da Trindade dos Prazeres e orientado pelo professor Dr. Davison Hugo Rocha Alves na Faculdade de Ciências da Educação - FACED pertencendo à instituição UNIFESSPA do Campus Universitário de Marabá.

Este estudo tem por objetivo conhecer e analisar a educação quilombola na escola municipal de ensino fundamental Araquembaua. Você foi selecionado (a) por estar desenvolvendo suas atividades dentro da temática pesquisada. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. A sua participação neste estudo é importantíssima. Informamos também que a sua participação não é remunerada nem implicará em gastos ou quaisquer prejuízos para você. Seguem os telefones e o endereço institucional do professor responsável, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação nela, agora ou a qualquer momento. Contatos do pesquisador responsável Toniele da Trindade dos Prazeres; E-mail: tonieletrindade@gmail.com; Telefone para contato: 091999621967 e do orientador **Davison Hugo Rocha Alves**; E-mail: davison.rocha@unifesspa.edu.br; Telefone para contato: 091988982314; Número da FACED é (94) 21017127 ou (94) 21011009. Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Marabá, Pará, 25 de Setembro de 2023.

Assinatura do (a) participante:

Elielene de Nazare Dias Ramos

Assinatura da pesquisadora:

Toniele da Trindade dos Prazeres

Toniele da Trindade dos Prazeres

Assinatura do Orientador:

Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - FACED
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

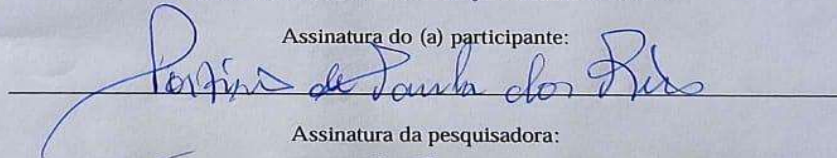
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) do estudo/pesquisa intitulado "A narrativa quilombola na E.M.E.F. na comunidade Araquembaua no município de Baião", conduzida pela discente Toniele da Trindade dos Prazeres e orientado pelo professor Dr. Davison Hugo Rocha Alves na Faculdade de Ciências da Educação - FACED pertencendo à instituição UNIFESSPA do Campus Universitário de Marabá.

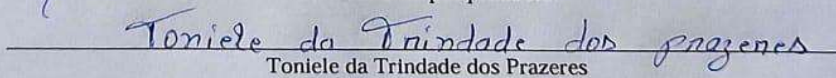
Este estudo tem por objetivo conhecer e analisar a educação quilombola na escola municipal de ensino fundamental Araquembaua. Você foi selecionado (a) por estar desenvolvendo suas atividades dentro da temática pesquisada. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. A sua participação neste estudo é importantíssima. Informamos também que a sua participação não é remunerada nem implicará em gastos ou quaisquer prejuízos para você. Seguem os telefones e o endereço institucional do professor responsável, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação nela, agora ou a qualquer momento. Contatos do pesquisador responsável Toniele da Trindade dos Prazeres; E-mail: tonieletrindade@gmail.com; Telefone para contato: 091999621967 e do orientador **Davison Hugo Rocha Alves**; E-mail: davison.rocha@unifesspa.edu.br; Telefone para contato: 091988982314; Número da FACED é (94) 21017127 ou (94) 21011009. Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Marabá, Pará, 26 de Setembro de 2023.

Assinatura do (a) participante:



Assinatura da pesquisadora:


Toniele da Trindade dos Prazeres

Assinatura do Orientador:


Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves